

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2025

CONTRATANTE (UASG)

158157 - INSTITUTO DE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

OBJETO

Aquisição de materiais elétricos e de manutenção predial para atendimento aos Campi do IFRJ.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.233.650,12

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/01/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
8. DA FASE DE JULGAMENTO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
10. DO TERMO DE CONTRATO	15
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	16
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	16
13. DOS RECURSOS	17
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025
(Processo Administrativo nº23830.000283/2024-06)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, por meio do(a) Diretoria Adjunta de Licitações e Contratos, sediado(a) na Rua Buenos Aires, 256, Centro, Rio de Janeiro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais elétricos e de manutenção predial para os campi do IFRJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Com exceção dos itens 29, 100, 115, para todos os demais itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.1.4 Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100%.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento)
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.21.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2 empresas brasileiras;

7.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicafe;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou pelo Compras.gov.br ou pelo e-mail.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico sipac.ifrrj.edu.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: colic@ifrrj.edu.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: portal.ifrj.edu.br

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I - Termo de Ciência e concordância

16.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3 Anexo III – Estudo Técnico Preliminar;

Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2026.

João Paulo dos Santos Cardozo

Diretor Adjunto de Licitações e Contratos

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

(Processo Administrativo nº 23830.000283/2024-06)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais elétricos e de manutenção predial para atendimento ao Campus Niterói do IFRJ e participantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unidade de medida	CATMAT	Quantidade total	Valor unitário	Valor total
1	Fita Veda Rosca Material: Teflon, Comprimento: 25 M, Largura: 18 MM, Espessura: 0,06 A 0,08 MM, Resistência Temperatura: -200 A 260 °C, Normas Técnicas: Abnt, Mil Spec T-27730-A	Unidade	225708	1.583	R\$ 3,30	R\$ 5.223,90
2	Fita Isolante Elétrica Material Básico: Borracha Etileno- Propileno (Epr) , Resistência À Tensão: Até 69.000 V, Cor: Preta , Classe Temperatura: 90 °C, Comprimento: 10 M, Largura: 19 MM, Espessura: 0,76 MM, Normas Técnicas: Nbr 10.669 Características Adicionais: Autofusão	Unidade	226940	1.599	R\$ 10,79	R\$ 17.253,21
3	Fita Isolante Elétrica Material Básico: Pvc Auto-Extinguível , Resistência À Tensão: Até 750 V, Cor: Preta , Classe Temperatura: 105 °C, Largura Nominal: 19 MM, Espessura Nominal: 0,19 MM, Comprimento Nominal: 20	Unidade	446916	1.734	R\$ 11,95	R\$ 20.721,30
4	Porta-Cadeado Material: Latão , Tratamento Superficial: Polido , Acabamento Superficial: Não Aplicável , Comprimento: 115 MM, Altura: 44 MM, Espessura: 1,90 MM, Quantidade Parafusos: 5 UN, Diâmetro Parafusos: 3,50 MM, Comprimento Parafusos: 20 MM, Largura Fio Passante: Não Aplicável MM, Espessura Fio Passante: Não Aplicável MM, Características Adicionais: Não Aplicável	Unidade	217178	145	R\$ 8,15	R\$ 1.181,75

5	Porta-Cadeado Material: Aço , Tratamento Superficial: Zincado , Comprimento: 63,5 MM, Características Adicionais: Acompanha 5 Parafusos Para Fixação	Unidade	600871	160	R\$ 4,57	R\$ 731,20
6	Fechadura Material Caixa: Latão , Material Lingueta: Latão , Acabamento Superficial: Cromado Brilhante , Material Tambor Segredo: Latão , Características Adicionais: Cilindro Oval Com 5 Pinos , Tipo: Externa , Aplicação: Porta , Comprimento: 15,50 CM, Altura: 22,40 CM, Espessura: 2,50 C	Unidade	406257	460	R\$ 50,32	R\$ 23.147,20
7	Fechadura Material Caixa: Latão , Material Tampa: Metal Cromado , Material Lingueta: Latão , Características Adicionais: C/ Chave, Chave Um Lado E Pino Do Outro , Tipo: Tubular ,Aplicação: Porta De Divisória , Comprimento Lingueta: 90 M	Unidade	310940	136	R\$ 57,57	R\$ 7.829,52
8	Mola Porta Material: Metal , Tipo: Hidráulica Aérea , Componentes: Braço , Válvulas Independentes , Acabamento: Pintado , Cor: Ouro , Características Adicionais: Abertura Esquerda/Direita, Resistente Corrosão	Unidade	371119	226	R\$ 109,50	R\$ 24.747,00
9	Desengrimpante Composição: Aditivos Inibidores Corrosão E Oxidação,Tensoativo , Apresentação: Spray ,Aplicação: Lubrificante E Anticorrosivo	FRASCO 300 MILILITROS	242118	317	R\$ 8,49	R\$ 2.691,33
10	Caixa Passagem Material: Pvc Rígido Anti-Chama , Tipo: Condulete , Aplicação: Instalações Elétricas , Quantidade Terminais: 6 , Dimensões: 4 X 2 POL, Modelo: Padrão , Uso: Para Conexão Com Eletroduto De 3/4"	Unidade	440891	410	R\$ 5,13	R\$ 2.103,30
11	Disjuntor Baixa Tensão Funcionamento: Termomagnético , Número Pólos: 1 , Corrente Nominal: 20 A, Capacidade Interrupção Simétrica: 5/220 KA/VCA, Normas Técnicas: Iec 947-2 , Características Adicionais: Fixação Em Trilho Din 35mm;Fab.Nacional / Mercosul , Tipo: Mini , Curva De Disparo:C	Unidade	340324	510	R\$ 6,65	R\$ 3.391,50
12	Disjuntor Baixa Tensão Corrente Nominal: 40 A, Número De Fases: Trifásico , Referência: Sistema N , Curva De Disparo: C	Unidade	337907	370	R\$ 27,00	R\$ 9.990,00
13	Disjuntor Média Tensão Acionamento: Alavanca Termomagnética , Número De Fases: Trifásico , Aplicação: Instalação Elétrica , Classe Tensão: 380/440 V, Corrente Nominal: 100	Unidade	422023	113	R\$ 98,58	R\$ 11.139,54
14	Disjuntor Baixa Tensão Funcionamento: Termomagnético , Número Pólos: 3 , Corrente Nominal: 25 A, Normas Técnicas: Nbr 5.283/73 , Curva De Disparo: C , Padrão: Din	Unidade	416375	435	R\$ 23,90	R\$ 10.396,50

15	Disjuntor Baixa Tensão Funcionamento: Termomagnético , Tensão Máxima Operação: 127/220 V, Corrente Nominal: 32 A, Número De Fases: Tripolar , Curva De Disparo: C , Aplicação: Instalações Elétricas , Padrão: Din	Unidade	616975	545	R\$ 57,91	R\$ 31.560,95
16	Disjuntor Baixa Tensão Funcionamento: Magnético , Tensão Máxima Operação: 480/500v V, Corrente Nominal: 160 A, Número De Fases: Tripolar , Curva De Disparo: C , Aplicação: Instalações Elétricas , Referência 1: Acw160 , Padrão: Caixa Moldada	Unidade	603671	64	R\$ 320,00	R\$ 20.480,00
17	Disjuntor Baixa Tensão Funcionamento: Termomagnético , Corrente Nominal: 25 A, Tipo: 5sx1 , Número De Fases: Bifásico , Curva De Disparo: B , Aplicação: Instalações Elétricas , Padrão: Din	Unidade	452700	288	R\$ 33,45	R\$ 9.633,60
18	Interruptor Tipo: Bipolar Simples , Quantidade Seções: 3 UN, Características Adicionais: Conjugado Com Placa 4" X 2" , Aplicação: Caixa 4 X 2 Pol , Tipo Acionamento: Tecla Simples Horizontal , Acabamento: Com Placa E Parafuso , Posição Relativa: Embutir , Tensão Nominal: 250 V, Corrente Nominal: 10 A, Material: Termoplástico Auto-Extinguível , Formato: Retangula	Unidade	452737	316	R\$ 9,55	R\$ 3.017,80
19	Tomada Modelo: 2p+T , Corrente Nominal: 10 A, Tensão Nominal: 250 V, Características Adicionais: Tomada Padrão Novo , Normas Técnicas: Nbr 14136 Aplicação: Instalação Elétrica , Formato Corpo: Retangular , Posição Relativa: Embutir	Unidade	395744	728	R\$ 10,50	R\$ 7.644,00
20	Tomada Modelo: Dupla , Tipo: Externa , Cor Corpo: Branca , Corrente Nominal: 10 A, Tensão Nominal: 250 V, Características Adicionais: Sistema X, 2 Pinos + Terra , Normas Técnicas: Nbr 14136 , Aplicação: Instalação Elétrica , Material: Termoplástico	Unidade	460969	531	R\$ 11,00	R\$ 5.841,00
21	Tomada Modelo: Plugue , Cor Corpo: Azul , Corrente Nominal: 32 A, Tensão Nominal: 220/240 V, Características Adicionais: Blindada , Aplicação: P/Uso Na Confeção De Tomadas E Extensões , Referência: N-4279 E S-4279 (Steck Tomadas) , Número Pólos: 3p + T	Unidade	350798	87	R\$ 57,49	R\$ 5.001,63
22	Interruptor Tipo: Embutir , Quantidade Seções: 1 UN, Características Adicionais: Com Placa E Parafusos , Corrente: 10 A, Tensão: 220	Unidade	265247	648	R\$ 8,00	R\$ 5.184,00
23	Plugue Tipo: Macho , Formato Pinos: Cilíndrico , Posição Pinos: 2p+T , Corrente Nominal: 20 A, Tensão Nominal: 250 V, Normas Técnicas: Nbr14136 , Material Pino: Latão Maciço	Unidade	365017	349	R\$ 4,00	R\$ 1.396,00
24	Plugue Tipo Fêmea, formato contato redondo, corrente nominal : 20 A, Tensão Nominal 250 V, Número de polos: 2 P+T	Unidade	446803	369	R\$ 3,95	R\$ 1.457,55
25	Adaptador Quantidade Pólos: 2 P + T , Conexão: Plug 2p+T Padrão Antigo P/Tomada 2p+T Padrão Bras. , Corrente Nominal: 15	Unidade	387255	340	R\$ 4,65	R\$ 1.581,00

26	Caixa Tomada Tipo: Módulo De Tomada , Corrente Nominal: 10 A, Tensão Nominal: 250 V, Número Pólos: 2 P + T , Material: Termoplástico Auto-Extinguível , Quantidade Tomadas Saída: 1 UN, Tipo Saída: 1 Tomada Padrão Brasileiro	Unidade	418406	293	R\$ 9,40	R\$ 2.754,20
27	Caixa Tomada Tipo: Módulo De Tomada , Corrente Nominal: 20 A, Tensão Nominal: 250 V, Número Pólos: 2 P + T , Material: Termoplástico Auto-Extinguível , Quantidade Tomadas Saída: 1 UN, Tipo Saída: 1 Tomada Padrão Brasileiro	Unidade	418407	303	R\$ 11,29	R\$ 3.420,87
28	Conjunto Elétrico Componentes: 1 Interruptor Simples 1 Tomada 2p Universal , Corrente Nominal: 10 A, Tensão Alimentação: 250 V, Características Adicionais: Linha Tp Silentoque De Embutir Sem Placa	Unidade	428682	224	R\$ 6,91	R\$ 1.547,84
29	Extensão Elétrica Tipo: Pp Carretel , Comprimento: 30 M, Componentes: 3 Tomadas Fêmeas E Plugue Terra , Seção Nominal: 2,5 MM2, Número Pólos: 2 , Cor: Preto , Tensão Nominal: Bivolt	Unidade	451652	280	R\$ 307,15	R\$ 86.002,00
30	Extensão Elétrica Tipo: Pp Plano , Comprimento: 10 M, Componentes: 1 Plugue Macho E 1 Plugue Fêmea , Formação Do Cabo: 2 X 2,5 MM2, Tensão Nominal: Bivolt V, Corrente Nominal: 20	Unidade	451928	431	R\$ 68,00	R\$ 29.308,00
31	Extensão Elétrica Tipo: Flexível , Comprimento: 20 M, Componentes: 3 Tomadas Fêmeas E Plugue Terra , Formação Do Cabo: 3 X 2,5 MM2, Cor: Preto/Cinza , Aplicação: Computador , Temperatura Operação: 70° , Normas Técnicas: Nbr 14136 , Potência Máxima: 1000 W, Material: Termoplástico Anti-Chama	Unidade	470183	363	R\$ 176,88	R\$ 64.207,44
32	Andaime Material: Aço Carbono , Modelo: Tubular Modulado , Acessórios: Diagonal,Rodízio,Ferro,Painel Horizontal Pranchão , Características Adicionais: Tipo "H" , Altura: 1,00 X 1,00	Unidade	468618	140	R\$ 160,00	R\$ 22.400,00
33	Mangueira Jardim Material: Pvc Trançado Em Fio Poliéster , Diâmetro: 3/4 POL, Espessura: 2 MM, Pressão Máxima: 6 BAR., Comprimento: 50 M, Cor: Cristal , Características Adicionais: Com Engate Rosqueador , Uso: Jardinagem	Unidade	310855	71	R\$ 232,20	R\$ 16.486,20
34	Abraçadeira Material: Náilon , Comprimento Total: 300 MM, Largura: 3,50 M	PACOTE 100 UNID.	384789	283	R\$ 14,00	R\$ 3.962,00
35	Chave Elétrica Tipo Bóia Aplicação: Poço/Reservatório/Caixa D'Água , Corrente Nominal: 15 A, Características Adicionais: Automatizada	Unidade	379011	133	R\$ 34,63	R\$ 4.605,79
36	Contator Tipo: Tripolar , Tensão Trabalho: 220 V, Corrente Trabalho: 40 A, Frequência: 60 HZ, Aplicação: Motor Elétrico , Número E Tipo De Contatos Principais: 1na + 1nf	Unidade	346487	121	R\$ 150,00	R\$ 18.150,00

37	Detector Ausencia Tensão Tipo: Por Contato , Uso: Em Vara De Manobra , Faixa Tensão: 1 A 50 KV, Aplicação: Medição Rede De Média Tensão	Unidade	395961	19	R\$ 1.150,00	R\$ 21.850,00
38	Refletor Material Corpo: Alumínio , Tipo Lâmpada: Led , Potência Lâmpada: 200 W, Tensão Alimentação: Bivolt , Ângulo De Abertura Da Lente: 120° , Temperatura De Cor: 64.000	Unidade	453345	310	R\$ 220,00	R\$ 68.200,00
39	Refletor Material Corpo: Alumínio , Tipo Lâmpada: Led , Potência Lâmpada: 100 W, Tensão Alimentação: 110/220	Unidade	612325	268	R\$ 112,36	R\$ 30.112,48
40	Resistência Elétrica Uso: Chuveiro Elétrico , Aplicação: Maxi Ducha Lorenzetti , Características Adicionais: 3 Temperaturas Tensão Nominal: 220 V, Potência Nominal: 5500	Unidade	443336	229	R\$ 12,00	R\$ 2.748,00
41	Chuveiro Elétrico Material: Termoplástico , Variações Temperatura Água: 4 , Acabamento: Não Aplicável , Cor: Branca , Potência: 4.400 W, Tensão Operação: 220 V, Características Adicionais: Capa Isolante Interna/Contatos Liga Prata	Unidade	227023	162	R\$ 45,00	R\$ 7.290,00
42	Pilha Tamanho: Pequena , Modelo: Aa , Características Adicionais: Não Recarregável , Sistema Eletroquímico: Alcalina , Tensão Nominal: 1,5	EMBALAGEM 2 UNIDADES	419859	1.090	R\$ 3,28	R\$ 3.575,20
43	Pilha Tamanho: Palito , Modelo: Aaa , Características Adicionais: Não Recarregável , Sistema Eletroquímico: Alcalina , Tensão Nominal: 1,5	EMBALAGEM 4 UNIDADES	419860	1.940	R\$ 7,79	R\$ 15.112,60
44	Luminária Tipo: Emergência , Material Corpo: Plástico Abs , Formato: Retangular , Tipo Lâmpada: Led , Cor: Branca , Quantidade Lâmpadas: 60 UN, Posição Relativa: Sobrepor , Modelo: Bateria Recarregavel , Aplicação: Sistema De Iluminação De Emergência Predial , Tensão Nominal: Bivolt V, Grau Proteção: Ip20	Unidade	469186	234	R\$ 84,99	R\$ 19.887,66
45	Luz Emergência Quantidade Lâmpadas: 30 UN, Tipo Lâmpada: Led Alto Brilho , Potência Lâmpada: 2,2 W, Tensão Alimentação: 127/220 V, Bateria: Lithium; Autonomia Min.3 Horas; Recarga 24 Horas , Temperatura Operação: -5 A 45 °C, Tamanho: 230 X 65 X 46 MM, Referência Fabricante: Tdm	Unidade	428188	237	R\$ 16,45	R\$ 3.898,65
46	Luminária Tipo: De Poste , Material Corpo: Alumínio Injetado Alta Pressão , Tipo Lâmpada: Led , Cor: Branca , Quantidade Lâmpadas: 1 UN, Aplicação: Rodovias, Av. E Vias De Acesso , Grau Proteção: Ip-66 , Fixação: Suporte De Diâmetro 48 A 60 Mm , Potência Nominal Lâmpada: 240	Unidade	472279	515	R\$ 78,63	R\$ 40.494,45

47	Lâmpada Led Tensão Nominal: Bivolt 100/240 V, Potência Nominal: 20 W, Tipo Base: E-27 , Cor: Branca , Fluxo Luminoso: 1800 LM, Temperatura De Cor: 6500 K, Abertura Facho: 210° , Vida Média: 25.000 H, Tipo: Ultraled	Unidade	437689	6.900	R\$ 9,57	R\$ 66.033,00
48	Lâmpada Led Tensão Nominal: Bivolt V, Potência Nominal: 15 W, Tipo Base: E-27 , Tipo Bulbo: Par-38 , Vida Média: 25.000	Unidade	435546	4.840	R\$ 4,16	R\$ 20.134,40
49	Lâmpada Led Tensão Nominal: Bivolt V, Potência Nominal: 10 W, Tipo Base: G13 , Cor: Branca , Fluxo Luminoso: 900 LM, Aplicação: Ambiente Interno , Tipo Bulbo: T8 , Temperatura De Cor: 6400 K, Formato: Tubular T8 , Vida Média: 3000 H, Frequência Nominal: 50/60 HZ, Dimensões: 590 X 28 M	Unidade	436927	810	R\$ 7,10	R\$ 5.751,00
50	Relé Fotelétrico Tensão Nominal: Bivolt 127/220 V, Frequência Nominal: 50/60 HZ, Tipo Contato: Nf2 , Potência Nominal: 1000	Unidade	615337	1.256	R\$ 28,00	R\$ 35.168,00
51	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V, Tipo: Pp , Normas Técnicas: Nbr13249 , Têmpera Condutor: Mole , Cor Da Cobertura: Preta , Formação Do Cabo: 4 X 6 MM2, Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico , Material Isolamento: Pvc , Material Cobertura: Pvc Anti-Chama	ROLO 100 METROS	353983	45	R\$ 1.429,00	R\$ 64.305,00
52	Cabo Elétrico Isolado Material Condutor: Cobre , Seção Nominal: 6 MM2, Tensão Isolamento: 750 V, Características Adicionais: Singelo, Com Dupla Camada De Revestimento , Material Isolamento: Termoplástico De Pvc Antichama. Cor Da Cobertura: Preto.	ROLO 100 METROS	448727	97	R\$ 295,40	R\$ 28.653,80
53	Cabo Elétrico Isolado Material Condutor: Cobre , Seção Nominal: 6 MM2, Tensão Isolamento: 750 V, Características Adicionais: Singelo, Com Dupla Camada De Revestimento , Material Isolamento: Termoplástico De Pvc Antichama. Cor Da Cobertura: Vermelho.	ROLO 100 METROS	448727	91	R\$ 295,40	R\$ 26.881,40
54	Cabo Elétrico Isolado Material Condutor: Cobre , Seção Nominal: 6 MM2, Tensão Isolamento: 750 V, Características Adicionais: Singelo, Com Dupla Camada De Revestimento , Material Isolamento: Termoplástico De Pvc Antichama. Cor Da Cobertura: Azul.	ROLO 100 METROS	448727	87	R\$ 295,40	R\$ 25.699,80
55	Cabo Elétrico Isolado Material Condutor: Cobre , Seção Nominal: 6 MM2, Tensão Isolamento: 750 V, Características Adicionais: Singelo, Com Dupla Camada De Revestimento , Material Isolamento: Termoplástico De Pvc Antichama. Cor Da Cobertura: Verde.	ROLO 100 METROS	448727	83	R\$ 295,40	R\$ 24.518,20
56	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: > Ou = 750 V, Tipo: Pp Trifásico , Formação Do Cabo: 3 X 2,5 MM2, Material Do Condutor: Cobre	ROLO 100 METROS	377268	64	R\$ 550,00	R\$ 35.200,00

57	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V, Tipo: Unipolar , Características Adicionais: Extra Flexível , Cor Da Cobertura: Preto, Branco, Vermelho, Azul Claro, Cinza, Verde- , Material Do Condutor: Cobre , Referência: Cabo Superastic Flex 750v Bwf Antiflam , Material Cobertura: Pvc Anti-Chama , Bitola: 2,5 MM Cor Da Cobertura: Preta.	ROLO 100 METROS	408494	101	R\$ 120,78	R\$ 12.198,78
58	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V, Tipo: Unipolar , Características Adicionais: Extra Flexível , Cor Da Cobertura: Preto, Branco, Vermelho, Azul Claro, Cinza, Verde- , Material Do Condutor: Cobre , Referência: Cabo Superastic Flex 750v Bwf Antiflam , Material Cobertura: Pvc Anti-Chama , Bitola: 2,5 MM Cor Da Cobertura: Vermelha.	ROLO 100 METROS	408494	96	R\$ 120,78	R\$ 11.594,88
59	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V, Tipo: Unipolar , Características Adicionais: Extra Flexível , Cor Da Cobertura: Preto, Branco, Vermelho, Azul Claro, Cinza, Verde- , Material Do Condutor: Cobre , Referência: Cabo Superastic Flex 750v Bwf Antiflam , Material Cobertura: Pvc Anti-Chama , Bitola: 2,5 MM Cor Da Cobertura: Azul.	ROLO 100 METROS	408494	90	R\$ 120,78	R\$ 10.870,20
60	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V, Tipo: Unipolar , Características Adicionais: Extra Flexível , Cor Da Cobertura: Preto, Branco, Vermelho, Azul Claro, Cinza, Verde- , Material Do Condutor: Cobre , Referência: Cabo Superastic Flex 750v Bwf Antiflam , Material Cobertura: Pvc Anti-Chama , Bitola: 2,5 MM Cor Da Cobertura: Verde.	ROLO 100 METROS	408494	85	R\$ 120,78	R\$ 10.266,30
61	Fio Eletrico Tipo: Flexível , Bitola: 4 MM2, Cor: Azul , Material Condutor: Cobre , Material Isolamento: Pvc , Tensão: 750 V, Aplicação: Instalação Elétrica , Características Adicionais: Anti-Chama Cor Da Cobertura: Preta.	ROLO 100 METROS	329880	95	R\$ 148,50	R\$ 14.107,50
62	Fio Eletrico Tipo: Flexível , Bitola: 4 MM2, Cor: Azul , Material Condutor: Cobre , Material Isolamento: Pvc , Tensão: 750V, Aplicação: Instalação Elétrica , Características Adicionais: Anti-Chama Cor Da Cobertura: Vermelha.	ROLO 100 METROS	329880	82	R\$ 148,50	R\$ 12.177,00
63	Fio Eletrico Tipo: Flexível , Bitola: 4 MM2, Cor: Azul , Material Condutor: Cobre , Material Isolamento: Pvc , Tensão: 750V, Aplicação: Instalação Elétrica , Características Adicionais: Anti-Chama Cor Da Cobertura: Azul.	ROLO 100 METROS	329880	80	R\$ 148,50	R\$ 11.880,00
64	Fio Eletrico Tipo: Flexível , Bitola: 4 MM2, Cor: Azul , Material Condutor: Cobre , Material Isolamento: Pvc , Tensão: 750V, Aplicação: Instalação Elétrica , Características Adicionais: Anti-Chama Cor Da Cobertura: Verde.	ROLO 100 METROS	329880	76	R\$ 148,50	R\$ 11.286,00
65	Bateria Não Recarregável Aplicação: Máquina Fotográfica , Sistema Eletroquímico: Lithium , Tensão Nominal: 3 V, Modelo: Cr 2016	EMBALAGEM 5 UNIDADES	420380	48	R\$ 11,59	R\$ 556,32

66	Bateria Não Recarregável Tipo: Button Cell , Sistema Eletroquímico: Lithium , Tensão Nominal: 3 V, Modelo: Cr-2032	EMBALAGEM 5 UNIDADES	411291	110	R\$ 12,40	R\$ 1.364,00
67	Bateria Recarregável Tamanho: Pequena , Aplicação 1: Urna Eletrônica , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 7 A	Unidade	479854	190	R\$ 70,00	R\$ 13.300,00
68	Conector Tipo: Macho , Aplicação: Cabo De Rede , Categoria: 6 , Padrão: Rj45	PACOTE 100 UNID.	375963	161	R\$ 39,00	R\$ 6.279,00
69	Conector Telefônico Tipo: Macho 8vias X 8contatos , Modelo: Rj-45	Unidade	278766	5.260	R\$ 3,49	R\$ 18.357,40
70	Controle Remoto Tipo: Sem Fio , Aplicação: Portão Automático , Características Adicionais: Frequência 433,92 Mhz	Unidade	477474	180	R\$ 33,00	R\$ 5.940,00
71	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Pvc - Cloreto De Polivinila Anti-Chama , Material Condutor: Cobre Nú , Bitola Condutor: 24 AWG, Tipo Condutor: Par Trançado , Tipo Cabo: 4 Pr , Cor: Azul , Padrão Cabeamento: Utp-5e , Características Adicionais: Awg, Utp Extra , Categoria: 5e , Aplicação: Conexão De Rede , Comprimento: 305	CAIXA 305 METRO	467548	107	R\$ 550,00	R\$ 58.850,00
72	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Pvc - Cloreto De Polivinila , Material Condutor: Cobre , Bitola Condutor: 23 AWG, Tipo Condutor: Par Trançado , Tipo Cabo: Utp De 4 Pares , Cor: Azul , Categoria: 6 , Aplicação: Rede De Informática	CAIXA 305 METRO	462114	118	R\$ 620,00	R\$ 73.160,00
73	Adaptador Conexão: Tomada 2p+T Para 2p	Unidade	350031	214	R\$ 5,49	R\$ 1.174,86
74	Alicate Descascar Fio Material: Aço Estampado , Comprimento: 188 MM, Características Adicionais: Capacidade De Desencapamento E De Corte	Unidade	393437	56	R\$ 68,50	R\$ 3.836,00
75	Parafusadeira Tipo: Bateria 3,06 V , Rotação: 360 RPM, Voltagem: Bivolt V, Características Adicionais: Tempo De Carga: 90 Min. , Componentes: 1 Maleta Plástica, Kit: 33 Bits, 1 Adaptador Usb	Unidade	449664	49	R\$ 369,00	R\$ 18.081,00
76	Limpador Contato Elétrico/Eletrônico Aplicação: Limpeza Componentes Elétricos , Apresentação: Spray	FRASCO 300 MILILITROS	614808	204	R\$ 13,44	R\$ 2.741,76
77	Cabo Áudio E Vídeo Aplicação: Sistema De Áudio E Vídeo , Tipo Cabo: Hdmi Padrão. 2.0, 5 metros. Condutor: macho/macho.	CABO COM 5 METROS	382957	292	R\$ 63,00	R\$ 18.396,00
78	LUMINÁRIA\, TIPO:SOLAR\, MATERIAL CORPO:ALUMÍNIO\, TIPO LÂMPADA:LED\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FOTOVOLTAICA AUTÔNOMA\, COM FOTOCÉLULA\, APLICAÇÃO:ILUMINAÇÃO EXTERNA\, TENSÃO NOMINAL:BIVOLT V\, POTÊNCIA NOMINAL LÂMPADA:400 W\, FLUXO LUMINOSO:5.000 LM\, TEMPERATURA DE COR:6.500 K	Unidade	614673	186	R\$ 394,50	R\$ 73.377,00

79	TEMPORIZADOR, TIPO:ELETRÔNICO, APLICAÇÃO:CONTROLE DE EQUIPAMENTOS, ALIMENTAÇÃO:110/220 VCA, ESCALA:0 A 24 HORAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MÍNIMO 8 CONEXÕES ENTRE DIAS OU GRUPOS DIAS SEMANA	unidade	350610	92	R\$ 75,30	R\$ 6.927,60
80	RELÉ FOTELÉTRICO\, TENSÃO NOMINAL:220 V\, POTÊNCIA NOMINAL:1000W/1800VA\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM BASE PADRÃO	unidade	396755	182	R\$ 22,75	R\$ 4.140,50
81	Sensor de Presença de Parede Bivolt 4x2. O sensor de presença de parede bivolt deve ser projetado para instalação em caixa 4x2, com voltagem bivolt (110V/220V). Deve ter sensibilidade ajustável, com alcance de detecção de até 6 metros e um ângulo de detecção de 180 graus. O tempo de ação deve ser programável entre 10 segundos e 10 minutos, garantindo fácil acesso aos terminais e conformidade com as normas de segurança elétrica.	Unidade	486109	132	R\$ 64,06	R\$ 8.455,92
82	COMPRESSOR DE AR, PRESSÃO MÁXIMA:40 LBF/POL2, POTÊNCIA MOTOR:1/3 HP, VAZÃO:65 L/MIN, TENSÃO:110/220 V	unidade	237497	9	R\$ 593,50	R\$ 5.341,50
83	DETECTOR AUSENCIA TENSÃO, TIPO:POR CONTATO, USO:DETECÇÃO DE SEQUÊNCIA DE FASE, FAIXA TENSÃO:90 A 1.000 V, APLICAÇÃO:MEDIÇÃO REDE DE MÉDIA TENSÃO, NORMAS TÉCNICAS:CATEGORIA DE SEGURANÇA: CAT IV 1000V	unidade	474815	21	R\$ 118,17	R\$ 2.481,57
84	ESMERILHADEIRA PORTÁTIL\, TIPO:ANGULAR\, FERRAMENTA CORTE:DISCO\, DIÂMETRO DISCO:115 MM\, POTÊNCIA:900 WATT\, ROTAÇÃO:11.000 RPM\, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220/230 V\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:C/ ESCOVAS CARVÃO AUTODESLIGANTE\, DISCO DESBASTE	unidade	276091	19	R\$ 499,00	R\$ 9.481,00
85	PLAINA, POTÊNCIA:600 W, LARGURA CORTE:82 MM, PROFUNDIDADE CORTE:9 MM, ROTAÇÃO:16.000 RPM, VOLTAGEM:220/230 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LÂMINA, GUIA DE PROFUNDIDADE, BOLSA DE PÓ E GUIA D	unidade	434467	13	R\$ 300,00	R\$ 3.900,00
86	Tinta para paredes externas acrílica fosca galão de 18 litros. Cores variadas: branco, verde, vermelho, azul, preto.	Galão 18 l	372829	96	R\$ 188,24	R\$ 18.071,04
87	Tinta para madeiras e metais esmalte fosco galao de 3,6l. Cores variadas: branco, verde, vermelho, azul, preto.	Galão 3,6l	394160	86	R\$ 139,91	R\$ 12.032,26
88	Conjunto (Kit) - Pintura Componentes: Bandeja, Pincel E Rolo , Uso: Pintura Predial	Unidade	240385	68	R\$ 17,78	R\$ 1.209,04
89	Furadeira Tipo: Impacto Potência: 1050 W Tamanho Mandril: 1/2 POL Tensão Alimentação: 110 V Características Adicionais: Reversível, com Velocidade Variável Capacidade Perfuração Concreto: 26 MM Capacidade Perfuração Aço: 13 MM Capacidade Perfuração Madeira: 40 MM	Unidade	485349	23	R\$ 780,00	R\$ 17.940,00

90	ESCADA DOMÉSTICA, MATERIAL:ALUMÍNIO, NÚMERO DEGRAUS:6 UN, ALTURA:1,90 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PÉS ANTIDERRAPANTES, TRAVA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE:150 KG, PESO:6 KG, TIPO:DOBRÁVEL	Unidade	399576	18	R\$ 295,00	R\$ 5.310,00
91	SERRA MÁRMORE, POTÊNCIA:1.450 W, DIÂMETRO DISCO:125 MM, VOLTAGEM:127 V	Unidade	423356	13	R\$ 492,36	R\$ 6.400,68
92	SERRA TICO-TICO MANUAL, TIPO EMPUNHADEIRA:ALÇA, ROTAÇÃO:3.000 RPM, TENSÃO:110/220 V, APLICAÇÃO:OFICINA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CORTES EM ÂNGULO ATÉ 45, POTÊNCIA:550 W, CAPACIDADE CORTE MADEIRA:70 MM, CAPACIDADE CORTE AÇO:8 MM	Unidade	268724	13	R\$ 350,00	R\$ 4.550,00
93	GRAMPEADOR, MATERIAL:ALUMÍNIO, TIPO:TAPECEIRO, TAMANHO GRAMPO:9/16 , 1/2 , 3/8 , 5/16 , 1/4 .	Unidade	470315	13	R\$ 68,00	R\$ 884,00
94	Eletrocalha Material: Aço Galvanizado, Comprimento: 3.000MM, Altura: 50MM, Largura: 50MM, Características Adicionais: Perfurada	Unidade	315800	300	R\$ 33,70	R\$ 10.110,00
95	Acessório Eletrocalha Material: Aço Galvanizado, Tipo: Mão Francesa Simples, Características Adicionais: Suporte	Unidade	441588	450	R\$ 4,99	R\$ 2.245,50
96	Torneira Material Corpo: Metal, Tipo: Alavanca, Diâmetro: 1/2POL, Características Adicionais: Acionamento Manual, Fechamento Automático	Unidade	618199	237	R\$ 44,00	R\$ 10.428,00
97	Assento Vaso Sanitário Material: Plástico, Cor: Branca, Características Adicionais: Com Tampa	Unidade	352796	595	R\$ 14,57	R\$ 8.669,15
98	Luminária Tipo: Calha, Material Corpo: Chapa De Aço, Formato: Tubular, Tipo Lâmpada: Fluorescente Tubular, Quantidade Lâmpadas: 2UN, Posição Relativa: Sobrepor, Acabamento Superficial Corpo: Pintura Em Epóxi, Potência Nominal Lâmpada: 20W,	Unidade	428681	70	R\$ 17,77	R\$ 1.243,90
99	Lâmpada Led Tensão Nominal: BivoltV, Potência Nominal: 30W, Tipo Base: E-27, Cor: Branca, Aplicação: Para Uso Em Geral, Temperatura De Cor: 600K, Frequência Nominal: 50/60HZ	Unidade	614455	2.720	R\$ 6,79	R\$ 18.468,80
100	Lâmpada Led Modelo: Led, Potência Nominal: 40W, Tipo Base: G13, Fluxo Luminoso: 3800LM, Aplicação: Iluminação, Formato: Tubular, Eficiência Luminosa: 95LM/W	Unidade	603065	3.300	R\$ 25,97	R\$ 85.701,00
101	Lâmpada Led Modelo: Led, Tensão Nominal: Bivolt, Potência Nominal: 40W, Tipo Base: E-27, Temperatura De Cor: 3500 A 6500K	Unidade	468578	1.030	R\$ 9,00	R\$ 9.270,00
102	Válvula Descarga Material: Metal, Tratamento Superficial: Cromado, Bitola: 1/2POL, Aplicação: Mictório, Tipo: Automática, Tipo Uso: Acionamento Manual	Unidade	429926	254	R\$ 47,00	R\$ 11.938,00
103	Eletroduto Material: Pvc, Cor: Preta, Aplicação: Instalação Elétrica, Comprimento: 3M, Diâmetro Nominal: 3/4POL	Unidade	614254	506	R\$ 5,70	R\$ 2.884,20

104	Eletroduto PVC 3/4". O eletroduto de PVC 3/4" deve ser fabricado em material rígido, com alta resistência a impactos e corrosão, possuindo um diâmetro de aproximadamente 25 mm e disponível em seções de 2 metros. Ele deve atender às normas NBR 6042 e NBR 15570, sendo adequado para a proteção e condução de fios e cabos elétricos.	Barra 3 Metros	613905	506	R\$ 24,61	R\$ 12.452,66
105	Tomada Sobrepor 20A. A tomada sobrepor deve ter capacidade de 20A e 250V, sendo confeccionada em plástico de alta resistência com tratamento antichamas. Deve apresentar terminais de fácil acesso e dimensões compatíveis com os padrões de instalação elétrica.	Unidade	424775	290	R\$ 11,59	R\$ 3.361,10
106	Tomada Simples 4x2 20A. A tomada simples 4x2 deve suportar 20A e 250V, sendo adequada para instalação em caixa 4x2. Deve ser fabricada em plástico resistente a impactos e ter terminais de fácil acesso.	Unidade	393933	280	R\$ 26,01	R\$ 7.282,80
107	Luva para Construção Civil em Algodão Tricotada e Pigmentada. A luva para construção civil deve ser tricotada em algodão, com pigmentação que permita fácil identificação. Deve ser resistente à abrasão, lavável e reutilizável, adequada para uso em construção civil e manuseio de materiais, e disponível em tamanhos variados.	Par	616760	106	R\$ 22,42	R\$ 2.376,52
108	<i>Terminal Elétrico Material: Cobre Eletrolítico , Tipo: Isolado , Revestimento: Estanhado , Diâmetro Furo: 6 MM, Bitola Condutor: 2,7-6,0 MM2, Referência Fabricante: Hr6204 , Fixação: Por Compressão , Lingueta: Tipo Olhal , Material Isolamento: Pvc , Espessura Anel: 1 MM, Tensão Isolamento: 750 V, Cor: Amarelo , Diâmetro Externo Anel: 10 M</i>	<i>Embalagem 100 Unidades</i>	<i>338270</i>	<i>26</i>	<i>R\$ 99,25</i>	<i>R\$ 2.580,50</i>
109	Terminal Elétrico Material: Cobre , Lingueta: Pino , Seção Nominal Condutor: 4 MM	Embalagem 100 Unidades	415672	221	R\$ 5,88	R\$ 1.299,48
110	Terminal Elétrico Material: Cobre Eletrolítico , Tipo: Isolado , Revestimento: Estanhado , Bitola Condutor: 2,5-6,0 MM2, Fixação: Por Compressão , Lingueta: Pino , Material Isolamento: Pvc , Cor: Amarelo	Embalagem 100 Unidades	338546	217	R\$ 31,26	R\$ 6.783,42
111	Alicate Para Climpar Material: Aço , Características Adicionais: Para Cabos De Secao 0,5 A 6mm2 , Material Cabo: Polímero , Tipo Corte: Crimpar, Isolar E Cortar , Uso: Crimpador Para Terminais Isolados	Unidade	615874	21	R\$ 63,22	R\$ 1.327,62
112	Relé Térmico Referência: Linha Sirius (Siemens) , Características Adicionais: Terminais Conexão Direta Em Contatores , Faixa De Ajuste Elemento Temporizado: 5,5 - 8 A, Tensão Nominal: 220 V, Número E Tipo De Contatos Auxiliares: 1na + 1nf , Classe De Disparo: 10 , Acessórios: Seletor Reset (Manual /Automático);Botão De Rearme; , Frequência Nominal: 60 HZ, Número Pólos: 3	Unidade	379475	30	R\$ 58,52	R\$ 1.755,60
113	Alicate De Corte Material: Aço Cromo Vanádio , Tipo Corte: Lateral , Material Cabo: Plástico , Tipo Cabo: Isolado 1.000 Volts , Comprimento: 6 PO	Unidade	393442	53	R\$ 29,08	R\$ 1.541,24

114	Alicate Amperímetro Material: Pvc , Tipo: Digital , Corrente: Cc: 400 A 2000 / Dc:400 A 2000 A, Voltagem: Cc: 4, 40, 400 E 1000 / Dc: 4, 40, 400 E 750 V, CAT. IV, Alimentação: Bateria , Voltagem Bateria: 9 V, Aplicação: Eletricidade , Componentes Adicionais: Bolsa De Transporte/ Pontos De Prova. Marcas de referências: FLUKE; MINIPA; VONDER.	Unidade	621682	14	R\$ 725,95	R\$ 10.163,30
115	Lâmpada Led Modelo: Led , Tensão Nominal: Bivolt , Potência Nominal: 18 W, Tipo Base: G13 , Cor: Branca , Fluxo Luminoso: Mín. 1850 LM, Aplicação: Iluminação , 1,20 m, Formato: Tubular T8 , Vida Média: 25.000	Caixa 25 Unidades	600036	850	R\$ 391,37	R\$ 332.664,50
116	Detector Ausencia Tensão Tipo: Sem Contato , Uso: Autoteste , Faixa Tensão: 1 A 138 KV, Aplicação: Rede De Baixa E Alta Tensão , Características Adicionais: Com Indicador Sonoro E Com Indicador Visual , Faixa De Operação: Baixa: 50v A 1500v Ac, Alta: 1,5kv A 138kv Ac , Alimentação: Bateria 9v	Unidade	615306	3	R\$ 598,05	R\$ 1.794,15
117	Identificador De Circuito Elétrico , Voltagem: 220/240 V, Padrão 1: Luminoso/Sonoro , Material: Pvc , Características Adicionais 3: Transmissor: 220/127v; Receptor: 9,0 Vcc ; Adaptad , Componentes Adicionais: Manual De Instruções / Bolsa De Transporte , Uso 2: Localizador Detector De Disjuntor E Circuito Elétr , Voltagem Bateria: 9 VC - Marcas de referência: AMPERI; MASTECH.	Unidade	621683	9	R\$ 518,25	R\$ 4.664,25
118	Alicate Wattímetro Potência Ativa: Até 2.000 KW, Corrente Ac: Até 2.000 A, CAT. IV, Características Adicionais: Display Duplo, Kw+Pf, Kva+Kvar, V+Hz, Trifásico. Marcas de referências: FLUKE, MINIPA, VONDER.	Unidade	332002	6	R\$ 2.259,73	R\$ 13.558,38
119	Paquímetro Universal Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 0 - 150 MM, Aplicação: Medição De Profundidade E Parafuso De Fixação , Tipo Escala: Graduação Superior 1/128" E Inferior 0,05mm , Características Adicionais: Comprimento Do Bico 40mm Mitutoyo 530-104br	Unidade	473461	38	R\$ 88,70	R\$ 3.370,60
120	Martelete Tipo: Rompedor , Potência: 820 W, Tensão Alimentação: 220 V, Características Adicionais: Encaixe Sds-Plus, Com Maleta	Unidade	617958	9	R\$ 568,09	R\$ 5.112,81
121	Multímetro Tensão Ac: 1.000 V, Corrente Dc: 10 A, Resistência: 400 OHM, Características Adicionais: Display Lcd 3 1 /2 Dígitos, Teste Diodo , Tipo: Digital E Portátil , Dimensões: 183 X 91 X 49,50 M	Unidade	616913	15	R\$ 63,92	R\$ 958,80
122	Tomada Modelo: Dupla , Formato Contato: 2p + T , Cor Corpo: Branca , Corrente Nominal: 20 A, Tensão Nominal: 250 V, Aplicação: Instalação Elétrica	Unidade	618467	157	R\$ 10,67	R\$ 1.675,19
123	Lâmpada Led Tubular, 18w, 120cm, Bivolt, Branco Frio, base G5	Unidade	467550	1.850	R\$ 18,36	R\$ 33.966,00

124	Lâmpada Led Tubular, 9w, 60cm, Bivolt, Branco Frio, base G5	Unidade	445945	250	R\$ 13,08	R\$ 3.270,00
125	Luminária Plafon Branca, Led, redonda, Embutir, 18w, Branco Frio, Bivolt	Unidade	485911	2.200	R\$ 22,79	R\$ 50.138,00
126	Interruptor- Tipo Bipolar, Simples (Tecla Dupla), Com Placa, Aplicação Em Instalações Elétricas, Corrente Nominal 20 A.	Unidade	601463	130	R\$ 19,88	R\$ 2.584,40
127	Interruptor- Tipo Bipolar, Simples (Tecla Dupla), Com Placa, Aplicação Em Instalações Elétricas, Corrente Nominal 10 A	Unidade	440991	130	R\$ 15,99	R\$ 2.078,70
128	ELETRODUTO, MATERIAL:PVC ANTI-CHAMA, COR:PRETA, TIPO FIXAÇÃO:ROSCADO, NORMAS TÉCNICAS:ABNT NBR 15465, COMPRIMENTO:3 M, DIÂMETRO NOMINAL:3/4 POL	Unidade	394405	210	R\$ 8,34	R\$ 1.751,40
129	CURVA ELETRODUTO, ANGULAÇÃO:90°, TIPO:SEM ROSCA, MATERIAL:PVC RÍGIDO ANTICHAMA, COR:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM LOGOMARCA IMPRESSA, PARA UTILIZAÇÃO ELETRODUTO, DIÂMETRO NOMINAL:3/4 POL	unidade	376954	250	R\$ 1,58	R\$ 395,00
130	ADAPTADOR CONDULETE, MATERIAL:PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO:ENCAIXE SOB PRESSÃO, APLICAÇÃO:ELETRODUTO 3/4" E CAIXA 5 ENTRADAS	unidade	450455	220	R\$ 18,14	R\$ 3.990,80
131	ESCADA DE FIBRA DE VIDRO tipo americana com 8 degraus planos em alumínio, 2,40m de altura, Duplo acesso, Capacidade de Carga: 120 Kg	Unidade	370529	7	R\$ 597,24	R\$ 4.180,68
132	Extensão Elétrica Tipo: Pp Carretel , Comprimento: 30 M, Componentes: 3 Tomadas Fêmeas E Plugue Terra , Seção Nominal: 2,5 MM2, Número Pólos: 2 , Cor: Preto, Tensão Nominal: Bivolt COTA ME ITEM 29	Unidade	451652	20	R\$ 307,15	R\$ 6.143,00
133	Lâmpada Led Modelo: Led, Potência Nominal:40W, Tipo Base: G13, Fluxo Luminoso: 3800LM, Aplicação: Iluminação, Formato: Tubular, Eficiência Luminosa: 95LM/W COTA ME ITEM 100	Unidade	603065	200	R\$ 25,97	R\$ 5.194,00
134	Lâmpada Led Modelo: Led , Tensão Nominal: Bivolt , Potência Nominal: 18 W, Tipo Base: G13 , Cor: Branca , Fluxo Luminoso: Mín. 1850 LM, Aplicação: Iluminação , 1,20 m, Formato: Tubular T8 , Vida Média: 25.000 COTA ME ITEM 115	Caixa 25 Unidades	600036	40	R\$ 391,37	R\$ 15.654,80

1.1.1. *Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).*

Item	Niterói	Belford Roxo	Mesquita	Paulo de Frontin	Resende	São João de Meriti	Arraial do Cabo	Duque de Caxias	Paracambi	Pinheiral	Rio de Janeiro	São Gonçalo	Volta Redonda	Exército	Nilópolis
1	50	50	10	20	30	50	10	50		1000	50		53	50	160
2	50	24	5	10	30	50		50		1000	10	100	20	50	200
3	70	24	5	10	30	50	20	70		1000	30	100	55	70	200
4	10	3	2	10	10	10		10		20	10		20	10	30

5	10	3	0	10	10	10	10	10		20	5	12	20	10	30
6	100	3	5	50	30	15		12		20	15		30	100	80
7	30	3	0		5	6		12		10	10		0	30	30
8	30	6	0	20	20	30		10		10		20	10	30	40
9	15	30	3	10	15	15		25	30	25	7	36	61	15	30
10	20	30	0		50	20	20	20		100	10		100	20	20
11	150	0	0		10	20		20	30	50	10		30	150	40
12	100	0	0	10		20		25	20	50	10		5	100	30
13	30	0	0			0		6		25	2		0	30	20
14	80	0	0			20		50	20	100	10	10	5	80	60
15	130	10	0	10		20		50	20	100	10		5	130	60
16	10	0	0			10		10		10		4	0	10	10
17	80	0	0		10	15		18		0			25	80	60
18	50	24	2			20		50		50			10	50	60
19	100	24	4		100	50		50		100	20		60	100	120
20	80	24	2		30	50	20	80		100	20		30	80	15
21	5	12	4			6		10		25	10		0	5	10
22	80	24	4		50	50		80	60	25	15		30	80	150
23	30	24	5		20	20		30		100	10		20	30	60
24	30	24	5	20	20	20		30		100	10		20	30	60
25	30	40	5			30	5	30		0			0	30	170
26	30	12	0		30	30		30		50	5		6	30	70
27	30	12	0		30	30	10	30		50	5		6	30	70
28	30	12	2		30	30		30		50			0	0	40
29	32	3	1	2	20	1		1		200		10		0	10
30	20	12	0	10	20	1	2	1	40	200	5	30	20	0	70
31	30	12	2		20	1	2	1		200		10	35	0	50
32	12	4	0	12	16	12		12		10			30	12	20
33	10	4	1	3	10	2		2		5	2	3	10	10	9
34	15	10	2	50	30	10		15	20	10	1		102	15	3
35	10	0	1			10		10	20	20	10		7	10	35
36	10	0	0			0		2	10	50			4	10	35
37	2	0	0			0		1		2			0	2	12
38	50	20	0	10		20		20	40	0		70	20	20	40
39	30	20	0			0		10		0	8	50	50	30	70
40	32	0	0		15	0		0		100			10	32	40
41	20	0	0	12	10	0		15		50	10		0	20	25
42	60	100	0	30		40		60		0	40	100	0	60	600
43	40	100	0	20		40		60		0	40	100	0	40	1.500
44	10	5	0		10	30		30		0	8	30	21	10	80
45	20	5	0		10	0		30		0	50	50	2	20	50
46	30	0	0		15	30		30		200		100	20	30	60
47	80	100	10	200	50	50		300		2000			30	80	4.000
48	40	100	0		30	0		80	50	2000			0	40	2.500
49	240	0	0			0		0		0	30		100	240	200
50	10	0	0		10	30		30		1000	10		56	10	100
51	2	0	0			2		2		10			2	2	25
52	5	0	0		5	4		2	20	20	2		4	5	30

53	5	0	0		5	4		2	20	20			0	5	30
54	5	0	0			4		2	20	20			1	5	30
55	5	0	0		5	4		2	20	10			2	5	30
56	5	0	0	4		2		2	3	10			3	5	30
57	5	0	0	4	5	4		3	10	20		10	5	5	30
58	5	0	0	4	5	4		3	10	20		10	0	5	30
59	5	0	0			4		3	10	20		10	3	5	30
60	5	0	0		5	4		3	10	10		10	3	5	30
61	3	0	0	4	5	4		3	10	20	3	5	5	3	30
62	3	0	0	4	5	4		3	10	20			0	3	30
63	3	0	0			4		3	10	20		5	2	3	30
64	3	0	0		5	4		3	10	10		5	3	3	30
65	5	10	0	10				10		0			0	5	8
66	30	10	0	10		10		10		0			0	30	10
67	10	0	0	50		10		10		0			0	10	100
68	40	2	1		30	5	10	5		2		10	6	40	10
69	50	10	0		50	50		50		0			0	50	5.000
70	135	0	0			5		10		0		10	0	0	20
71	30	0	1		15	5	10	2		0		20	0	20	4
72	30	3	1		15	5	10	2		0		20	8	20	4
73	40	10	4		20	10		40		0			0	40	50
74	12	2	2	2	2	2		2	1	5	2		10	12	2
75	12	1	1	1	3	2		2		2	2	5	3	12	3
76	10	15	1	6	10	10	53	10	10	0	1		18	10	50
77	50	2	0		10			0		30			0	50	150
78	10	4	2		10	15		15		100		20	0	10	
79	25	0	0					3		50	2		2	10	
80	20	0	0		10	20		20		100			2	10	
81	20	0	0		10	15		15		50			2	20	
82	1	1	0	2		1		1		1			1	1	
83	5	0	0			0		5	1	5			0	5	
84	4	0	0	1		1	1	2	1	2		1	2	4	
85	2	0	0		2	1		2		2	1		1	2	
86	20	6	0		30	5		5		0			10	20	
87	20	6	0		20	5		5		0			10	20	
88	5	10	2		15	10		16		0			5	5	
89	2	1	1	1	2	1		2	2	2	2	3	2	2	
90	3	0	0	1	3			1		5		2	0	3	
91	2	2	0		2	1	1	1		1			1	2	
92	1	1	1		2	2	1	1	1	1			1	1	
93	2	3	1	2		0		2		0			1	2	
94	50	0	0		50	50		50		0			50	50	
95	50	0	0		150	50		50		0			100	50	
96	10	5	2		15	50	10	25		60	20	30	0	10	
97	50	10	10	30	40	40	15	50	50	100	50	100	0	50	
98	0	0	0		20	0		0		0			50	0	
99	0	100	20		100	200		300		2000			0	0	
100	500	0	0		100	200				2000			0	500	
101	0	100	0		100	200		300		0	30	300	0	0	
102	20	0	4		20	40		40	10	100			0	20	
103	100	6	0		100	100		100		0			0	100	
104	100	6	0		100	100		100		0			0	100	
105	0	10	0		20	30		20		200	10		0		
106	0	10	0		20	20		20		200	10		0		
107	0	2	4			20		20		10		50	0		
108	0	1	0			0		2	20	2			1		

109	0	1	0			0		0	20	200			0		
110	0	1	0		5	0		0	10	200			1		
111	5	1	1		2	2	5	2	1	0			2		
112	0	0	0			0		0	10	20			0		
113	15	2	1		4	5		5	2	2	2	5	10		
114	2	2	1			1		1	1	2	2		2		
115	500	0	0			0		300		20	20		10		
116	0	0	0			0		1	1	1			0		
117	3	0	0			1		1	1	1			2		
118	2	0	0			1		1	1	1			0		
119	0	2	0			4	1	0	30	0			1		
120	0	0	0		2	1	1	1		2	1		1		
121	0	2	2			0	5	0		1	2		3		
122	0	10	2		20	20	5	0		100			0		
123	0	0	0		50	0		0		1000		800	0		
124	0	0	0			0		0		50		200	0		
125	0	0	0			0		0		2000		200	0		
126	0	10	0			0		0		50	20	50	0		
127	0	10	0			0		0		50	20	50	0		
128	0	0	0		100	10		0		50			50		
129	0	15	5		50	30		0	50	50			50		
130	0	10	0		30	30		0		100			50		
131	0	0	0			0		1		2		2	2		
132													20		
133								200							
134									40						

1.1.2 Estimativa de consumo mínima por participante

Item	Niterói	Belford Roxo	Mesquita	Paulo de Frontin	Resende	São João de Meriti	Arraial do Cabo	Duque de Caxias	Paracambi	Pinheiral	Rio de Janeiro	São Gonçalo	Volta Redonda	Exercito	Nilópolis
1	10	25	1	5	10	10	10	10		100	50		20	30	70
2	10	12	1	5	10	10		10		100	10	10	10	9	70
3	10	12	1	5	10	10	20	10		100	30	10	10	8	70
4	5	1	1	4	5	5		5		5	10		10	22	15
5	5	1	0	4	5	5	10	5		5	5	1	10	2	15
6	30	1	1	10	5	5		2		5	15		10	2	30
7	10	1	0		1	2		2		5	10		0	2	15
8	10	2	0	5	5	5		2		5		1	2	1	17
9	5	10	1	4	5	5		5	15	10	7	1	10	13	15
10	10	10	0		10	10	20	10		25	10		25	20	10
11	20	0	0		5	5		5	10	10	10		5	18	20
12	20	0	0	4		5		3	10	10	10		1	4	10
13	5	0	0			0		2		10	2		0	2	10
14	10	0	0			5		5	10	25	10	1	1	5	30
15	10	2	0	4		5		5	10	25	10		1	2	40
16	5	0	0			1		1		5		1	0	1	10
17	10	0	0		5	3		3		0			5	3	40
18	20	6	1			5		10		10			1	10	30
19	20	6	1		10	10		10		25	20		15	9	60
20	10	6	1		5	10	20	5		25	20		5	9	10
21	3	3	1			2		2		5	10		0	2	10
22	10	6	1		10	5		5	30	5	15		5	14	60
23	10	6	1		10	5		5		25	10		5	25	30
24	10	6	1	10	10	5		5		25	10		5	30	30
25	20	15	1			5	5	10		0			0	25	85
26	10	3	0		10	10		10		10	5		1	11	30
27	10	3	0		10	10	10	5		10	5		1	10	30
28	10	3	1		10	10		10		10			0	15	20
29	10	1	1	1	5	1		1		25		1		1	4
30	10	3	0	2	5	1	2	1	20	25	5	5	10	2	35
31	10	3	1		5	1	2	1		25		1	5	1	25
32	6	2	0	4	8	4		4		5			10	1	10
33	5	2	1	1	2	1		1		5	2	1	5	1	4
34	5	3	1	10	5	2		5	10	5	1		20	8	2
35	5	0	1			2		2	10	5	10		1	3	16
36	5	0	0			0		1	5	10			1	1	11
37	1	0	0			0		1		1			0	1	6
38	20	10	0	2		1		1	20	0		1	5	1	20
39	10	10	0			0		1		0	8	1	5	1	40

40	20	0	0		5	0		0		25			2	10	15
41	10	0	0	4	5	0		3		10	10		0	3	11
42	20	20	0	5		5		20		0	40	10	0	30	270
43	10	20	0	5		5		20		0	40	10	0	15	600
44	5	2	0		5	5		2		0	8	1	5	1	35
45	10	2	0		5	0		2		0	50	1	1	6	30
46	10	0	0		5	10		10		25		1	5	2	20
47	50	25	1	20	10	10		20		100			5	11	1.100
48	20	25	0		10	0		10	50	100			0	25	1.100
49	20	0	0			0		0		0	30		25	15	100
50	5	0	0		5	5		5		100	10		10	4	100
51	1	0	0			1		1		1			1	1	15
52	2	0	0		2	1		1	20	5	2		1	1	15
53	2	0	0		2	1		1	20	5			0	1	15
54	2	0	0			1		1	20	5			1	1	15
55	2	0	0		2	1		1	20	5			1	1	15
56	2	0	0	1		1		1	3	5			1	1	15
57	2	0	0	1	2	1		1	10	5		1	1	1	15
58	2	0	0	1	2	1		1	10	5		1	0	1	15
59	2	0	0			1		1	10	5		1	1	1	15
60	2	0	0		2	1		1	10	5		1	1	1	15
61	1	0	0	1	2	1		1	10	5	3	1	1	1	15
62	1	0	0	1	2	1		1	10	5			0	1	15
63	1	0	0			1		1	10	5		1	1	1	15
64	1	0	0		2	1		1	10	5		1	1	1	15
65	3	3	0	5				5		0			0	10	4
66	20	3	0	5		5		5		0			0	10	5
67	5	0	0	20		2		5		0			0	2	50
68	10	1	1		10	1	5	1		1		1	1	3	5
69	30	3	0		10	10		10		0			0	30	3.000
70	45	0	0			1		2		0		1	0		10
71	10	0	1		5	1	10	1		0		1	0	1	2
72	10	1	1		5	1	10	1		0		1	1	1	2
73	20	2	1		5	5		10		0			0	20	25
74	1	1	1	1	1	1		1	1	1	2		3	2	1
75	1	1	1	1	1	1		1		1	2	1	1	1	2
76	5	5	1	2	5	2	30	5	5	0	1		5	10	25
77	10	1	0		5			0		5			0	2	50
78	5	2	1		5	5		1		25		1	0	1	
79	10	0	0					1		10	2		1	2	
80	10	0	0		5	5		10		25			1	5	
81	10	0	0		5	3		3		10			1	2	
82	1	1	0	1		1		1		1			1	1	
83	2	0	0			0		1	1	1			0	1	
84	1	0	0	1		1	1	1	1	1		1	1	1	
85	1	0	0		1	1		1		1	1		1	2	

86	10	2	0		5	1		1		0			1	1	
87	10	3	0		5	1		1		0			1	1	
88	2	3	1		5	2		2		0			3	8	
89	1	1	1	1	1	1		1	1	1	2	1	1	1	
90	1	0	0	1	1			1		1		1	0	1	
91	1	1	0		1	1	1	1		1			1	1	
92	1	1	1		1	1	1	1	1	1			1	1	
93	1	1	1	1		0		1		0			1	2	
94	5	0	0		5	5		5		0			10	3	
95	5	0	0		10	5		5		0			10	20	
96	3	2	1		5	5	10	5		10	20	1	0	3	
97	5	3	1	6	10	5	15	5	50	25	50	10	0	6	
98		0	0		5	0				0			10	0	
99		25	1		10	20		20		100			0	0	
100	20	0	0		10	20				100			0	4	
101		25	0		10	20		20		0	30	1	0	0	
102	5	0	1		5	5		5	5	25			0	3	
103	10	2	0		10	10		10		0			0	20	
104	10	2	0		10	10		10		0			0	6	
105	0	2	0		10	5		5		25	10		0		
106	0	2	0		10	5		5		25	10		0		
107	0	1	1			5		5		1		1	0		
108	0	1	0			0		1	10	1			1		
109	0	1	0			0		0	10	25			0		
110	0	1	0		1	0		0	5	25			1		
111	1	1	1		1	1	5	1	1	0			1		
112	0	0	0			0		0	5	5			0		
113	5	1	1		2	1		1	1	1	2	1	2		
114	1	1	1			1		1	1	1	2		1		
115	20	0	0			0		20		5	20		2		
116	0	0	0			0		1	1	1			0		
117	1	0	0			1		1	1	1			1		
118	1	0	0			1		1	1	1			0		
119	0	1	0			1	1	0	15	0			1		
120	0	0	0		1	1	1	1		1	1		1		
121	0	1	1			0	1	0		1	2		1		
122	0	2	1		10	5	5	0		25			0		
123	0	0	0		10	0		0		100		10	0		
124	0	0	0			0		0		10		10	0		
125	0	0	0			0		0		100		10	0		
126	0	2	0			0		0		5	20	10	0		
127	0	2	0			0		0		5	20	10	0		
128	0	0	0		10	5		0		5			20		
129	0	3	1		10	5		0	25	5			20		
130	0	2	0		10	5		0		25			20		
131	0	0	0			0		1		1		1	1		

132													10		
133								20							
134									20						

- 1.2. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*
- 1.3. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*
- 1.4. *O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do termo contratual ou seu instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 1.5. *O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*
- 2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:*

- I) *ID PCA no PNCP: 10952708000104-0-000010/2025*
- II) *Data de publicação no PNCP: 15/05/2024*
- III) *Id do item no PCA: 366 a 372*
- IV) *Classe/Grupo: 6240/5932*
- V) *Identificador da Futura Contratação: 158157-22/2025*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

- 4.1.1 *Critérios e práticas de sustentabilidade de acordo com Art. 5º da IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010*

I– que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II– que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III– que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.4.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única de acordo com a quantidade solicitada na nota de empenho.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Campus	Local de entrega	Contato
--------	------------------	---------

Niterói	Estrada Washington Luís, nº 1596 (antiga Estrada do Sapê), Área 11-A.Sapê, Pendotiba, Niterói, RJ.Tel:021 2703-1901 CEP.: 24315-375	E-mail: da.cnit@ifrj.edu.br Telefone: (21) 2703-1901
Belford Roxo	Avenida Joaquim da Costa Lima, s/n - São Bernardo - Belford Roxo - RJ - CEP:26.165-225. Ponto de referência: Terreno em frente ao 39º Batalhão de Polícia Militar - BPM.	E-mail: da.cbel@ifrj.edu.br e prefeitura.cbel@ifrj.edu.br Telefone: (21) 3664-2510
Mesquita	Rua Paulo, s/n, Praça João Luiz do Nascimento - Centro de Mesquita - CEP: 26551-240. Ponto de Referência: Praça da Telemar (Em frente a Estação Mesquita de trem - Supervia)	E-mail: da.cmesq@ifrj.edu.br Telefone: (21) 2797-2508
Paulo de Frontin	Avenida Maria Luíza, s/n - Sacra Família do Tinguá - Eng.º Paulo de Frontin/RJ - CEP 26660000	E-mail: da.cepf@ifrj.edu.br e cocomp.cepf@ifrj.edu.br Telefone: (24)2468-1830
Resende	Av. Prefeito Botafogo, 219, Campos Elíseos, Resende-RJ, CEP 27345-340	E-mail: coad.cres@ifrj.edu.br
São João de Meriti	Rua Vala da Divisa, s/nº - Coelho da Rocha - São João de Meriti/RJ (antigo CIEP 189 - Valdylio Villas Boas)	E-mail: da.csjm@ifrj.edu.br
Arraial do Cabo	Rua José Pinto de Macedo s/n - Prainha Arraial do Cabo/RJ CEP 28930-000	Email: pref.cac@ifrj.edu.br - tel (22) 2622 9206
Duque de Caxias	Av. República do Paraguai, 120 - Vila Sarapuí, Duque de Caxias - RJ, 25050-100 (atrás da UPA Sarapuí)	E-mail: pref.cdud@ifrj.edu.br - Telefone: (21)2784-6107
Paracambi	Rua Sebastião de Lacerda, s/n, Centro, Paracambi, RJ - CEP: 26.600-000 (Antiga Fábrica de Tecidos Brasil Industrial). Segundo andar.	E-mail: da.cpar@ifrj.edu.br e pref.cpar@ifrj.edu.br - Telefone: (21) 2683-9713 ou 2683-9705
Pinheiral	Rua José Breves, nº 155. Centro, Pinheiral/RJ. CEP 27197-000	E-mail: pref.cpin@ifrj.edu.br Tel (24)3356-8232
Rio de Janeiro	Rua Senador Furtado, 121/125 - CEP: 20270-021 - Rio de Janeiro/RJ	E-mail: pref.cmar@ifrj.edu.br / Tel: (21) 2565-7709
São Gonçalo	Rua dr José Augusto Pereira dos Santos , S/N - Neves São Gonçalo, RJ	E-mail: pref.csg@ifrj.edu.br Telefone: (21) 2624-9018
Volta Redonda	Rua Antônio Barreiros, 212 - Nossa Senhora das Graças - CEP: 27.215-350 - Volta Redonda/RJ	E-mail: pref.cvr@ifrj.edu.br Telefone: (24) 3356-9110
Nilópolis	Rua Coronel Délio Menezes Porto, 1045 - bairro Frigorífico – Nilópolis/RJ	E-mail: pref.cnil@ifrj.edu.br

Comando Brigada Infantaria Paraque dista RJ	Av General Benedito da Silveira, S/N-Deodoro –Vila Militar -RJ CEP: 21615-000	E-mail: planejamentobadmpqdt@gmail.com Telefone : (21) 2457-1046
---	--	--

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.1. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

- 6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.15. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.2. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.3. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.3. aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão

decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1 o prazo de validade;
 - 8.12.2 a data da emissão;
 - 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5 o valor a pagar; e
 - 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/11/2024.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

9.2. O fornecimento do objeto será integral e imediata, considerando que a entrega ocorrerá dentro do prazo máximo de 30 dias da ordem de fornecimento.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1 *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$2.233.650,12 (dois milhões, duzentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta reais e doze centavos, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*
- 10.2. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*
- 10.3. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*
- 10.3.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 10.3.2 *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*
- 10.3.3 *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.3.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

- I) Gestão/unidade: 26433;*
- II) Elemento de despesa: 449052.38 e 339030.26*

11.3. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. *As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.*

Niterói, 28/10/2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias* contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*
- 2.3. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*
- 2.4. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
- 2.5. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.6. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído,

reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias.

3.1.10 *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (*vinte e quatro*) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a

descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17 *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

4.1.18 *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

4.1.19 *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

- 4.1.20 *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 4.1.21 *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 4.1.22 *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 4.1.23 *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
- 5.3.1 *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
e
- 5.3.2 *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 5.4. *A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*
- 5.4.1 *Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.*
- 5.4.2 *A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.*
- 5.4.2.1. *Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.*
- 5.5. *O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:*
- 5.5.1 *Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;*
- 5.5.2 *Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;*
- 5.5.3 *Indenizações e multas.*
- 5.6. *A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.*
- 5.7. *A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou*

que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento,(identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Processo Administrativo nº 23830.000283/2024-06

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, com sede no(a) Rua Buenos Aires, 256, Centro, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.952.708/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Reitor Rafael Barreto Almada, nomeado(a) pelo Decreto de 25 de maio de 2022, publicado no *DOU* de 26 de maio de 2022, portador da Matrícula Funcional nº 2566347, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23830.000283/2024-06, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição de materiais elétricos e de manutenção predial para os campi do IFRJ especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Reitoria e seus campi em implantação.

3.2. Além do gerenciador, são participantes os órgãos e entidades públicas do registro de preços, conforme tabela do item 1.1.1 do Termo de Referência:

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao

limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata será assinada eletronicamente pelas partes por meio do sistema informatizado adotado pelo IFRJ e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Estudo Técnico Preliminar 27/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23272.000939/2024-55

2. Descrição da necessidade

Trata-se de estudos preliminares referentes à aquisição de materiais de consumo (elétricos e manutenção em geral), para o IFRJ campus Nilópolis, para utilização estimada de 1 (um) ano de exercício das atividades escolares.

O materiais aqui pretendidos são itens básicos utilizados na rotina de manutenção de qualquer instalação predial e encontrados nas mais variadas redes especializadas no ramo da construção. A título de exemplo, o objetivo aqui é a manutenção/instalação de lâmpadas, torneiras, tomadas e outras ações imediatas que requerem a disponibilidade dos materiais. Não é intenção, portanto, até pela falta de competência dos cargos públicos ocupados, detalhar todo o rol de materiais de manutenção predial dos quais necessitamos, caso contrário teríamos um custo administrativo considerável ao nos dedicarmos a um ciclo sem fim de especificação de itens e pesquisa de preços, risco de aquisição de materiais sem serventia e em quantidade exorbitante e, bem como, possíveis dificuldades do setor de compras na condução dos trabalhos de um pregão tão robusto. Deste modo, buscamos a aquisição de materiais básicos de manutenção predial de fácil previsão e uso imediato, ao passo que materiais muito específicos podem ser adquiridos pelo contrato de manutenção predial ou outros meios indiretos, à luz do que preconizam o Decreto nº 9.507/2018 e a Portaria MPOG nº 443, de 27 de Dezembro de 2018.

Por fim, cabe mencionar que ainda não houve divulgação de processo sistêmico em 2024 para aquisição dos materiais objetivados nesta aquisição, bem como não há atualmente ata vigente para compra dos produtos.

Pelo fato de no campus não haver local para guarda de todos os materiais a serem adquiridos, bem como serem estes bens destinados para consumo, fato que afasta a possibilidade de guarda destes em grandes quantidades (todo o estimado para o uso em um ano), justifica-se a necessidade de aquisição dos materiais referenciados neste instrumento por meio de Sistema de Registro de Preços para futura contratação.

Responsáveis pela elaboração do Estudo Preliminar:

Nome	Matrícula	Setor
Carla Cristina Zacarias de Jesus	1893363	Prefeitura do Campus
Gerson Santana Wenceslau	1077397	Prefeitura do Campus

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Prefeitura	Carla Cristina Zacarias de Jesus
Prefeitura	Gerson Santana Wenceslau

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Como requisito de qualidade e confiabilidade, quando assim a legislação específica o determinar, com a devida motivação, o campus só aceitará materiais que atendam a critérios estabelecidos em regulamentações normativas

da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras certificações e normas técnicas aplicáveis, tais com do INMETRO. Os fornecedores também deverão se atentar para a oferta de marcas referências de mercado.

Trata-se de pretensão de aquisição de materiais de consumo através de SRP - Sistema de Registro de Preços. Quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, deve-se lembrar que tal procedimento é cabível nas hipóteses indicadas no art. 3º do Decreto n. 11.462, de 2023, em que, no caso concreto, a presente contratação se enquadra na seguinte hipótese prevista:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

Deste modo, a escolha pelo SRP se faz vantajosa porque não obriga a compra em uma única parcela pelo campus, mas permite formar um “estoque” junto ao fornecedor e não compromete previamente o orçamento. Portanto, ainda que não tenhamos a mensuração exata dos quantitativos, especialmente por serem estes bens de consumo, em que se utilizam em função da necessidade que vai se apresentando ao longo da vigência da contratação, ressalta-se que a aquisição só é feita quando esta necessidade se apresenta.

A aquisição pretendida não apresenta incidência de qualquer das hipóteses do art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015.

A aquisição pretendida visa à obtenção de materiais simples para se realizar de maneira imediata a manutenção ou adaptação das instalações prediais do Campus Nilópolis quando a demanda se apresentar. **São materiais comuns de consumo, não se enquadrando portanto em bens de luxo**, sendo encontrados em qualquer estabelecimento do ramo e que podem ser facilmente previstos.

Esta equipe de planejamento **declara** que o objeto a ser licitado, nos termos do art. 1º da Lei 10.520/2002, trata-se de **bens/serviços comuns**, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Justificativa pela não exigência de garantia contratual:

Segundo descrição do artigo 96, da Lei 14.133/21, in verbis:

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

Deste modo, conforme se observa do artigo acima descrito, a garantia contratual somente será exigida quando a complexidade do valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado, o que não é o caso dos autos. O objeto do presente pregão é para aquisição de materiais elétricos diversos para atender ao IFRJ campus Nilópolis, e desta feita, pode-se concluir pela inexistência de riscos consideráveis à Administração que importem na exigência de uma garantia contratual. Ademais, por se tratar de Pregão Eletrônico, sem obrigações estruturadas por parte da contratada, exceto aquelas já garantidas pelo código do consumidor, não havendo obrigatoriedade de contratação.

Destarte, considerando o objeto para aquisição de materiais elétricos diversos para atender ao IFRJ campus Nilópolis, bem como, a modalidade de realização do Pregão Eletrônico, não há necessidade de exigência de garantia contratual, no caso dos autos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Com base nos requisitos definidos, foi feito levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

5.2. Art. 5º da Instrução Normativa 65/2021 define que a pesquisa de preços deve ser realizada mediante a utilização dos

seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

A pesquisa de preços dos itens propostos, feita em sua grande maioria através do Pesquisa de Preços do Governo Federal, evidencia que esse tipo de aquisição se apresenta como solução adotada por diversos órgãos públicos em todo o país e com grande variedade de fornecedores. Ademais, fora analisado criticamente por esta equipe de planejamento os preços coletados, desconsiderando os preços inexequíveis ou excessivamente elevados (art. 6º, caput, §§ 2º e 3º, da IN nº 73/2020).

A nota técnica referente à pesquisa de preços da presente contratação, nº. 2/2024, encontra-se anexada ao processo.

6. Descrição da solução como um todo

O presente estudo, como já informado, refere-se à aquisição de materiais necessários à manutenção, adequações e melhorias das instalações prediais do Campus Nilópolis.

A necessidade que motivou a escolha dessa solução é o fato de que algumas demandas relacionadas à infraestrutura predial na rede elétrica como iluminação, exigem atendimento imediato através do emprego dos materiais objeto desta aquisição.

A contratação pretendida deverá ser por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão - na forma eletrônica, Sistema de Registro de Preços em sessão pública a ser realizada por meio do sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal, sítio <https://www.compras.gov.br>.

O serviço a ser contratado é qualificado como comum pela unidade técnica (art. 1º da Lei nº 10.520/2002 c/c Orientação Normativa AGU nº 54/2014, item 4.1 do TR). À luz do art. 4º, X, da Lei nº 10.520/2002, c/c art. 7º do Decreto nº 10.024/2019, adotar-se-á o tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

Não haverá previsão de itens a serem destinados exclusivamente às ME/EPPs e entidades equiparadas, em conformidade com o inciso II, Art. 4º do Decreto nº 8.538/14, pelo fato da licitação não prever agrupamento em lotes, bem como o valor unitário de todos os itens estarem abaixo do valor de referência de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A opção pelo não agrupamento em lotes se deu para favorecimento do aumento da competitividade entre os futuros fornecedores.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades leva em consideração as características de nossas instalações. Temos, por exemplo, cerca de 970 pontos de lâmpadas led e 134 pontos de iluminação de lâmpadas de led tubulares, além dos outros tipos/modelos de lâmpadas. Temos ainda Área de Convivência, Depósito Geral, Laboratórios de Pesquisa/Extensão, o futuro Restaurante Universitário e ambientes acadêmicos /administrativos, que são instalações que necessitam de constantes manutenções.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 380.183,47

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	QUANT. POR PEDIDO	QUANT. TOTAL	VALOR TOTAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
1	Fita Veda Rosca Material: Teflon, Comprimento: 25 M, Largura: 18 MM, Espessura: 0,06 A 0,08 MM, Resistência Temperatura: -200 A 260 °C, Normas Técnicas: Abnt, Mil Spec T- 27730-A	225708	UNID.	R\$ 3,01	70	160	R\$ 481,60	Material a ser utilizado no campus conforme necessidade ao longo do ano. A estrutura atual do campus dispõe de cerca de 12.000 m², incluindo salas de aula, salas administrativas, laboratórios, academia, quadra
2	Fita Isolante Elétrica Material Básico: Borracha Etileno- Propileno (Epr) , Resistência À Tensão: Até 69.000 V, Cor: Preta , C l a s s e Temperatura: 90 ° C, Comprimento: 10 M, Largura: 19 MM,	226940	UNID.	R\$ 9,99	70	200	R\$ 1.998,00	poliesportiva, banheiros e ambientes de vivência. Os mesmos s e r ã o demandados, conforme necessidade apurada pelo s e t o r PREFEITURA.

	Espessura: 0,76 MM, Normas Técnicas: Nbr 10.669 , Características Adicionais: Autofusão						
3	Fita Isolante Elétrica Material Básico: Pvc Auto-Extinguível , Resistência À Tensão: Até 750 V, Cor: Preta , Classe Temperatura: 105 °C, Largura Nominal: 19 MM, Espessura Nominal: 0,19 M M , Comprimento Nominal: 20	446916	UNID.	R\$ 5,23	70	200	R\$ 1.046,00
4	Porta-Cadeado Material: Latão , Tratamento Superficial: Polido , Acabamento Superficial: Não Aplicável , Comprimento: 115 MM, Altura: 44 MM, Espessura: 1,90 MM, Quantidade Parafusos: 5 UN, Diâmetro Parafusos: 3,50 M M , Comprimento Parafusos: 20	217178	UNID.	R\$ 10,51	15	30	R\$ 315,30

	MM, Largura Fio Passante: Não Aplicável MM, Espessura Fio Passante: Não Aplicável MM, Características Adicionais: Não Aplicável						
5	Porta-Cadeado Material: Aço , Tratamento Superficial: Zincado , Comprimento: 63,5 MM, Características Adicionais: Acompanha 5 Parafusos Para Fixação	600871	UNID.	R\$ 4,75	15	30	R\$ 142,50
6	Fechadura Material Caixa: Latão , Material Lingueta: Latão , Acabamento Superficial: Cromado Brilhante , Material Tambor Segredo: Latão , Características Adicionais: Cilindro Oval Com 5 Pinos , Tipo: Externa , Aplicação: Porta , Comprimento: 15,50 CM, Altura: 22,40 CM,	406257	UNID.	41,18	30	80	R\$ 3.294,40

	Espessura: 2,50 C						
7	<p>Fechadura</p> <p>Material Caixa: Latão , Material Tampa: Metal Cromado , Material Lingueta: Latão , Características Adicionais: C/ Chave, Chave Um Lado E Pino Do Outro , Tipo: Tubular ,</p> <p>Aplicação: Porta De Divisória , Comprimento Lingueta: 90 M</p>	310940	UNID.	R\$ 55,51	15	30	R\$ 1.665,30
8	<p>Mola Porta</p> <p>Material: Metal , Tipo: Hidráulica Aérea ,</p> <p>Componentes: Braço, Válvulas Independentes , Acabamento: Pintado , Cor: O u r o , Características Adicionais: A b e r t u r a Esquerda /Direita, Resistente Corrosão</p>	371119	UNID.	R\$ 118,59	17	40	R\$ 4.743,60
9	<p>Desengrimpante</p> <p>Composição: Aditivos Inibidores Corrosão E Oxidação,</p>	242118	UNID.	R\$ 8,24	15	30	R\$ 247,20

	Tensoativo , Apresentação: Spray , Aplicação: Lubrificante E Anticorrosivo						
10	Caixa Passagem Material: Pvc Rígido Anti- Chama , Tipo: Condulete , Aplicação: Instalações Elétricas , Quantidade Terminais: 6 , Dimensões: 4 X 2 POL, Modelo: Padrão , Uso: Para Conexão Com Eletroduto De 3/4"	440891	UNID.	R\$ 4,47	10	20	R\$ 89,40
11	Disjuntor Baixa T e n s ã o Funcionamento: Termomagnético , Número Pólos: 1 , Corrente Nominal: 20 A, Capacidade Interrupção Simétrica: 5/220 KA/VCA, Normas Técnicas: Iec 947- 2 , Características Adicionais: Fixação Em Trilho Din 35mm;Fab. Nacional /	340324	UNID.	R\$ 7,00	20	40	R\$ 280,00

	Mercosul , Tipo: Mini , Curva De Disparo: C						
12	Disjuntor Baixa Tensão Corrente Nominal: 40 A, Número De Fases: Trifásico , Referência: Sistema N , Curva De Disparo: C	337907	UNID.	R\$ 27,13	10	30	R\$ 813,90
13	Disjuntor Média Tensão Acionamento: Alavanca Termomagnética , Número De Fases: Trifásico , Aplicação: Instalação Elétrica , Classe Tensão: 380/440 V, Corrente Nominal: 100	422023	UNID.	R\$ 98,58	10	20	R\$ 1.971,60
14	Disjuntor Baixa Tensão Funcionamento: Termomagnético , Número Pólos: 3 , Corrente Nominal: 25 A, Normas Técnicas: Nbr 5.283/73 , Curva De Disparo: C , Padrão: Din	416375	UNID.	R\$ 25,97	30	60	R\$ 1.558,20

15	Disjuntor Baixa Tensão Funcionamento: Termomagnético , Tensão Máxima Operação: 127 /220 V, Corrente Nominal: 32 A, Número De Fases: Tripolar , Curva De Disparo: C , Aplicação: Instalações Elétricas , Padrão: Din	616975	UNID.	R\$ 59,33	40	60	R\$ 3.559,80
16	Disjuntor Baixa Tensão Funcionamento: Magnético , Tensão Máxima Operação: 480 /500v V, Corrente Nominal: 160 A, Número De Fases: Tripolar , Curva De Disparo: C , Aplicação: Instalações Elétricas , Referência 1: Acw160 , Padrão: Caixa Moldada ,	603671	UNID.	R\$ 320,00	10	10	R\$ 3.200,00
17	Disjuntor Baixa Tensão Funcionamento: Termomagnético , Corrente Nominal: 25 A,	452700	UNID.	R\$ 27,95	40	60	R\$ 1.667,00

	<p>Tipo: 5sx1 ,</p> <p>Número De</p> <p>Fases: Bifásico ,</p> <p>Curva De</p> <p>Disparo: B ,</p> <p>Aplicação:</p> <p>Instalações</p> <p>Elétricas ,</p> <p>Padrão: Din</p>						
18	<p>Interruptor Tipo:</p> <p>Bipolar Simples ,</p> <p>Quantidade</p> <p>Seções: 3</p> <p>U N ,</p> <p>Características</p> <p>Adicionais:</p> <p>Conjugado Com</p> <p>Placa 4" X 2" ,</p> <p>Aplicação: Caixa</p> <p>4 X 2 Pol , Tipo</p> <p>Acionamento:</p> <p>Tecla Simples</p> <p>Horizontal ,</p> <p>Acabamento:</p> <p>Com Placa E</p> <p>Parafuso ,</p> <p>Posição Relativa:</p> <p>Embutir , Tensão</p> <p>Nominal: 250 V,</p> <p>Corrente</p> <p>Nominal: 10 A,</p> <p>Material:</p> <p>Termoplástico</p> <p>Auto-Extinguível ,</p> <p>Formato:</p> <p>Retangular</p>	452737	UNID.	R\$ 8,30	30	60	R\$ 498,00
19	<p>Tomada Modelo:</p> <p>2p+T , Corrente</p> <p>Nominal: 10 A,</p> <p>Tensão</p> <p>Nominal: 250 V,</p> <p>Características</p>	395744	UNID.	R\$ 7,98	60	120	R\$ 957,60

	Adicionais: Tomada Padrão Novo , N o r m a s Técnicas: Nbr 1 4 1 3 6 , Aplicação: Instalação Elétrica , Formato Corpo: Retangular , Posição Relativa: Embutir						
20	Tomada Modelo: 460969 Dupla , Tipo: Externa , Cor Corpo: Branca , Corrente Nominal: 10 A, Tensão Nominal: 250 V, Características Adicionais: Sistema X, 2 Pinos + Terra , Normas Técnicas: Nbr 1 4 1 3 6 , Aplicação: Instalação Elétrica , Material: Termoplástico		UNID.	R\$ 11,00	10	15	R\$ 165,00
21	Tomada Modelo: 350798 Plugue , Cor Corpo: Azul , Corrente Nominal: 32 A, Tensão Nominal: 220/240 V, Características Adicionais: Blindada ,		UNID.	R\$ 57,49	10	10	R\$ 574,90

	Aplicação: P/Uso Na Confeção De Tomadas E Extensões , Referência: N- 4279 E S-4279 (Steck Tomadas) Número Pólos: 3p + T						
22	Interruptor Tipo: Embutir , Quantidade Seções: 1 UN, Características Adicionais: Com Placa E Parafusos , Corrente: 10 A, Tensão: 220	265247	UNID.	R\$ 10,00	60	150	R\$ 1.500,00
23	Plugue Tipo: Macho , Formato Pinos: Cilíndrico , Posição Pinos: 2p+T , Corrente Nominal: 20 A, Tensão Nominal: 250 V, Normas Técnicas: Nbr14136 , Material Pino: Latão Maciço	365017	UNID.	R\$ 4,49	30	60	R\$ 269,40
24	Plugue Tipo: Fêmea , Formato Contato: Redondo , Corrente Nominal: 20 A, Tensão Nominal:	446803	UNID.	R\$ 3,90	30	60	R\$ 234,00

	250 V, Número Pólos: 2 P + T						
25	Adaptador Quantidade Pólos: 2 P + T , Conexão: Plug 2p+T Padrão Antigo P/Tomada 2p+T Padrão Bras. , Corrente Nominal: 15	387255	UNID.	R\$ 5,71	85	170	R\$ 970,70
26	Caixa Tomada Tipo: Módulo De Tomada , Corrente Nominal: 10 A, Tensão Nominal: 250 V, Número Pólos: 2 P + T , Material: Termoplástico Auto-Extinguível , Quantidade Tomadas Saída: 1 UN, Tipo Saída: 1 Tomada Padrão Brasileiro	418406	UNID.	R\$ 8,42	30	70	R\$ 589,40

27	Caixa Tomada Tipo: Módulo De Tomada , Corrente Nominal: 20 A, Tensão Nominal: 250 V, Número Pólos: 2 P + T , Material: Termoplástico Auto-Extinguível , Quantidade Tomadas Saída: 1 UN, Tipo Saída: 1 Tomada Padrão Brasileiro	418407	UNID.	R\$ 10,08	30	70	R\$ 705,60
28	Conjunto Elétrico Componentes: 1 Interruptor Simples 1 Tomada 2p Universal , Corrente Nominal: 10 A, Tensão Alimentação: 250 V, Características Adicionais: Linha Tp Silentoque De Embutir Sem Placa	428682	UNID.	R\$ 5,80	20	40	R\$ 232,00
29	Extensão Elétrica Tipo: Pp Carretel , Comprimento: 30 M, Componentes: 3 Tomadas Fêmeas E Plugue Terra , Seção	451652	UNID.	R\$ 269,02	4	10	R\$ 2.690,20

	Nominal: 2,5 MM2, Número Pólos: 2 , Cor: Preto , Tensão Nominal: Bivolt						
30	Extensão Elétrica Tipo: Pp Plano , Comprimento: 10 M, Componentes: 1 Plugue Macho E 1 Plugue Fêmea , Formação Do Cabo: 2 X 2,5 MM2, Tensão Nominal: Bivolt V, Corrente Nominal: 20	451928	UNID.	R\$ 57,57	35	70	R\$ 4.029,90
31	Extensão Elétrica Tipo: Flexível , Comprimento: 20 M, Componentes: 3 T o m a d a s Fêmeas E Plugue Terra , Formação Do Cabo: 3 X 2,5 MM2, Cor: Preto /Cinza , Aplicação: Computador , Temperatura Operação: 70° , N o r m a s Técnicas: Nbr 14136 , Potência Máxima: 1000 W,	470183	UNID.	R\$ 175,83	25	50	R\$ 8.791,50

	Material: Termoplástico Anti-Chama						
32	Andaime Material: Aço Carbono , Modelo: Tubular Modulado , Acessórios: Diagonal,Rodízio, Ferro,Painel Horizontal Pranchão , Características Adicionais: Tipo "H" , Altura: 1,00 X 1,00	468618	UNID.	R\$ 196,96	10	20	R\$ 3.939,20
33	Mangueira Jardim Material: Pvc Trançado Em Fio Poliéster , Diâmetro: 3/4 POL, Espessura: 2 MM, Pressão Máxima: 6 BAR., Comprimento: 50 M, Cor: Cristal , Características Adicionais: Com Engate Rosqueador , Uso: Jardinagem	310855	UNID.	R\$ 221,93	4	9	R\$ 1.1997,37

	Adicionais: Numerado , Cor: Amarelo , Comprimento: 16 C						
34	Abraçadeira Material: Náilon , Comprimento Total: 300 MM, Largura: 3,50 M	384789	PACOTE 100 UNID.	R\$ 17,43	2	3	R\$ 52,29
35	Chave Elétrica Tipo Bóia Aplicação: Poço /Reservatório /Caixa D'Água , Corrente Nominal: 15 A, Características Adicionais: Automatizada	379011	UNID.	R\$ 38,04	16	35	R\$ 1.331,40
36	Contator Tipo: Tripolar , Tensão Trabalho: 220 V, Corrente Trabalho: 40 A, Frequência: 60 HZ, Aplicação: Motor Elétrico , Número E Tipo De Contatos Principais: 1na + 1nf	346487	UNID.	R\$ 150,00	11	35	R\$ 5.250,00
37	Detector Ausencia Tensão Tipo: Por Contato , Uso: Em Vara De Manobra , Faixa Tensão: 1	395961	UNID.	R\$ 1.149,00	6	12	R\$ 13.788,00

	A 50 KV, Aplicação: Medição Rede De Média Tensão						
38	Refletor Material Corpo: Alumínio , Tipo Lâmpada: Led , Potência Lâmpada: 200 W, T e n s ã o Alimentação: Bivolt , Ângulo De Abertura Da Lente: 120° , Temperatura De Cor: 64.000	453345	UNID.	R\$ 323,48	20	40	R\$ 12.939,20
39	Refletor Material Corpo: Alumínio , Tipo Lâmpada: Led , Potência Lâmpada: 100 W, T e n s ã o Alimentação: 110 /220	612325	UNID.	R\$ 146,18	40	70	R\$ 10.232,60
40	Resistência Elétrica Uso: Chuveiro Elétrico , Aplicação: Maxi Ducha Lorenzetti , Características Adicionais: Temperaturas , Tensão Nominal: 220 V, Potência Nominal: 5500	443336	UNID.	R\$ 13,00	15	40	R\$ 520,00
41	Chuveiro Elétrico Material:	227023	UNID.	R\$ 42,80	11	25	R\$ 1.070,00

	Termoplástico , Variações Temperatura Água: 4 , Acabamento: Não Aplicável , Cor: Branca , Potência: 4.400 W, Tensão Operação: 220 V, Características Adicionais: Capa Isolante Interna /Contatos Liga Prata						
42	Pilha Tamanho: Pequena , Modelo: Aa , Características Adicionais: Não Recarregável , Sistema Eletroquímico: Alcalina , Tensão Nominal: 1,5	419859	EMBALAGEM 2 UNIDADES	R\$ 2,99	270	600	R\$ 1.794,00
43	Pilha Tamanho: Palito , Modelo: A a a , Características Adicionais: Não Recarregável , Sistema Eletroquímico: Alcalina , Tensão Nominal: 1,5	419860	EMBALAGEM 4 UNIDADES	R\$ 8,00	600	1.500	R\$ 12.000,00
44	Luminária Tipo: Emergência , Material Corpo: Plástico	469186	UNID.	R\$ 84,99	35	80	R\$ 6.799,20

	Abs , Formato: Retangular , Tipo Lâmpada: Led , Cor: Branca , Quantidade Lâmpadas: 60 UN, Posição Relativa: Sobrepor , Modelo: Bateria Recarregavel , Aplicação: Sistema De Iluminação De Emergência Predial , Tensão Nominal: Bivolt V, Grau Proteção: Ip20						
45	Luz Emergência Quantidade Lâmpadas: 30 UN, Tipo Lâmpada: Led Alto Brilho , Potência Lâmpada: 2,2 W, Tensão Alimentação: 127 /220 V, Bateria: Lithium; Autonomia Min.3 Horas; Recarga 24 Horas , Temperatura Operação: -5 A 45 °C, Tamanho: 230 X 65 X 46 MM, Referência Fabricante: Tdm	428188	UNID.	R\$ 22,94	30	50	R\$ 1.147,00
46		472279	UNID.	R\$ 78,63	20	60	

	<p>Luminária Tipo: De Poste , Material Corpo: Alumínio</p> <p>Injetado Alta Pressão , Tipo Lâmpada: Led , Cor: Branca ,</p> <p>Quantidade Lâmpadas: 1 UN, Aplicação: Rodovias, Av. E Vias De</p> <p>Acesso , Grau Proteção: Ip-66 , Fixação: Suporte De Diâmetro 48 A</p> <p>60 Mm , Potência Nominal Lâmpada: 240</p>						R\$ 4.717,80	
47	<p>Lâmpada Led Tensão Nominal: Bivolt 100/240 V,</p> <p>Potência Nominal: 20 W, Tipo Base: E-27 , Cor: Branca , Fluxo</p> <p>Luminoso: 1800 LM, Temperatura De Cor: 6500 K, Abertura</p> <p>Facho: 210° , Vida Média: 25.000 H, Tipo: Ultraled</p>	437689	UNID.	R\$ 7,85	1.100	4.000	R\$ 31.400,00	
48	<p>Lâmpada Led Tensão Nominal: Bivolt V, Potência</p> <p>Nominal: 15 W, Tipo Base: E-27 ,</p>	435546	UNID.	R\$ 24,94	1.100	2.500	R\$ 62.350,00	

	Tipo Bulbo: Par-38 , Vida Média: 25.000						
49	Lâmpada Led Tensão Nominal: Bivolt V, Potência Nominal: 10 W, Tipo Base: G13 , Cor: Branca , Fluxo Luminoso: 900 LM, Aplicação: Ambiente Interno , Tipo Bulbo: T8 , Temperatura De Cor: 6400 K, Formato: Tubular T8 , Vida Média: 3000 H, Frequência Nominal: 50/60 HZ, Dimensões: 590 X 28 M	436927	UNID.	R\$ 8,44	100	200	R\$ 1.688,00
50	Relé Fotelétrico Tensão Nominal: Bivolt 127/220 V, Frequência Nominal: 50/60 HZ, Tipo Contato: Nf2 , Potência Nominal: 1000	615337	UNID.	R\$ 28,00	100	100	R\$ 2.800,00
51	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V, Tipo: Pp , Normas Técnicas: Nbr13249 , Tê m p e r a Condutor: Mole , Cor	353983	ROLO 100 METROS	R\$ 1.325,42	15	25	R\$ 33.135,50

	<p>Da Cobertura: Preta , Formação Do Cabo: 4 X 6 MM2, Material Do</p> <p>Condutor: Cobre Eletrólítico , Material Isolamento: Pvc , Material</p> <p>Cobertura: Pvc Anti-Chama</p>						
52	<p>Cabo Elétrico Isolado Material Condutor: Cobre , Seção</p> <p>Nominal: 6 MM2, Tensão Isolamento: 750 V, Características</p> <p>Adicionais: Singelo, Com Dupla Camada De Revestimento ,</p> <p>Material Isolamento: Termoplástico De Pvc Antichama.</p> <p>C o r D a Cobertura: Preto.</p>	448727	ROLO 100 METROS	R\$ 295,40	15	30	R\$ 8.862,00
53	<p>Cabo Elétrico Isolado Material Condutor: Cobre , Seção</p> <p>Nominal: 6 MM2, Tensão Isolamento: 750 V, Características</p> <p>Adicionais: Singelo, Com Dupla Camada</p>	448727	ROLO 100 METROS	R\$ 295,40	15	30	R\$ 8.862,00

	De Revestimento , Material Isolamento: Termoplástico De Pvc Antichama. C o r D a Cobertura: Vermelho.							
54	Cabo Elétrico Isolado Material Condutor: Cobre , Seção Nominal: 6 MM2, T e n s ã o Isolamento: 750 V, Características Adicionais: Singelo, Com Dupla Camada De Revestimento , Material Isolamento: Termoplástico De Pvc Antichama. C o r D a Cobertura: Azul.	448727	ROLO 100 METROS	R\$ 295,40	15	30	R\$ 8.862,00	
55	Cabo Elétrico Isolado Material Condutor: Cobre , Seção Nominal: 6 MM2, T e n s ã o Isolamento: 750 V, Características Adicionais: Singelo, Com Dupla Camada De Revestimento ,	448727	ROLO 100 METROS	R\$ 295,40	15	30	R\$ 8.862,00	

	Material Isolamento: Termoplástico De Pvc Antichama. Cor Da Cobertura: Verde.						
56	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: > Ou = 750 V, Tipo: Pp Trifásico , Formação Do Cabo: 3 X 2,5 MM2, Material Do Condutor: Cobre	377268	ROLO 100 METROS	R\$ 516,40	15	30	R\$ 15.492,00
57	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V, Tipo: Unipolar , Características Adicionais: Extra Flexível , Cor Da Cobertura: Preto, Branco , Vermelho, Azul Claro, Cinza, Verde- , Material Do Condutor: Cobre , Referência: Cabo Superastic Flex 750v Bwf Antiflam , Material Cobertura: Pvc Anti-Chama , Bitola: 2,5 MM Cor Da Cobertura: Preta.	408494	ROLO 100 METROS	R\$ 113,70	15	30	R\$ 3.411,00
58	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V, Tipo: Unipolar , Características	408494	ROLO 100 METROS	R\$ 113,70	15	30	R\$ 3.411,00

	Adicionais: Extra Flexível , Cor Da Cobertura: Preto, Branco , Vermelho, Azul Claro, Cinza, Verde- , Material Do Condutor: Cobre , Referência: Cabo Superastic Flex 750v Bwf Antiflam , Material Cobertura: Pvc Anti-Chama , Bitola: 2,5 MM C o r D a Cobertura: Vermelha.						
59	Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V, Tipo: Unipolar , Características Adicionais: Extra Flexível , Cor Da Cobertura: Preto, Branco , Vermelho, Azul Claro, Cinza, Verde- , Material Do Condutor: Cobre , Referência: Cabo Superastic Flex 750v Bwf Antiflam , Material Cobertura: Pvc Anti-Chama , Bitola: 2,5 MM C o r D a Cobertura: Azul.	408494	ROLO 100 METROS	R\$ 113,70	15	30	R\$ 3.411,00
60	Cabo Elétrico Flexível Tensão	408494	ROLO 100 METROS	R\$ 113,70	15	30	R\$ 3.411,00

	Isolamento: 750 V, Tipo: Unipolar , Características Adicionais: Extra Flexível , Cor Da Cobertura: Preto, Branco, Vermelho, Azul Claro, Cinza, Verde- , Material Do Condutor: Cobre , Referência: Cabo Superastic Flex 750v Bwf Antiflam , Material Cobertura: Pvc Anti-Chama , Bitola: 2,5 MM C o r D a Cobertura: Verde.						
61	Fio Eletrico Tipo: Flexível , Bitola: 4 MM2, Cor: Azul , M a t e r i a l Condutor: Cobre , Material Isolamento: Pvc , Tensão: 750 V, Aplicação: Instalação Elétrica , Características Adicionais: Anti-Chama C o r D a Cobertura: Preta.	329880	ROLO 100 METROS	R\$ 162,73	15	30	R\$ 4.881,90
62	Fio Eletrico Tipo: Flexível , Bitola: 4 MM2, Cor: Azul , M a t e r i a l Condutor: Cobre	329880	ROLO 100 METROS	R\$ 162,73	15	30	R\$ 4.881,90

	<p>, Material</p> <p>Isolamento: Pvc ,</p> <p>Tensão: 750</p> <p>V, Aplicação:</p> <p>Instalação</p> <p>Elétrica ,</p> <p>Características</p> <p>Adicionais: Anti-</p> <p>Chama</p> <p>C o r D a</p> <p>Cobertura:</p> <p>Vermelha.</p>						
63	<p>Fio Eletrico Tipo:</p> <p>Flexível , Bitola: 4</p> <p>MM2, Cor: Azul ,</p> <p>M a t e r i a l</p> <p>Condutor: Cobre</p> <p>, Material</p> <p>Isolamento: Pvc ,</p> <p>Tensão: 750</p> <p>V, Aplicação:</p> <p>Instalação</p> <p>Elétrica ,</p> <p>Características</p> <p>Adicionais: Anti-</p> <p>Chama</p> <p>C o r D a</p> <p>Cobertura: Azul.</p>	329880	ROLO 100 METROS	R\$ 162,73	15	30	R\$ 4.881,90
64	<p>Fio Eletrico Tipo:</p> <p>Flexível , Bitola: 4</p> <p>MM2, Cor: Azul ,</p> <p>M a t e r i a l</p> <p>Condutor: Cobre</p> <p>, Material</p> <p>Isolamento: Pvc ,</p> <p>Tensão: 750</p> <p>V, Aplicação:</p> <p>Instalação</p> <p>Elétrica ,</p> <p>Características</p> <p>Adicionais: Anti-</p>	329880	ROLO 100 METROS	R\$ 162,73	15	30	R\$ 4.881,90

	<div>Chama</div> <div>Cor Da</div> <div>Cobertura:</div> <div>Verde.</div>							
65	<div>Bateria Não</div> <div>Recarregável</div> <div>Aplicação:</div> <div>Máquina</div> <div>Fotográfica ,</div> <div>Sistema</div> <div>Eletroquímico:</div> <div>Lithium , Tensão</div> <div>Nominal: 3 V,</div> <div>Modelo: Cr 2016</div>	420380	<div>Embalagem 5</div> <div>Unidades</div>	R\$ 11,59	4	8	R\$ 92,72	<div>Material a ser</div> <div>utilizado no</div> <div>campus</div> <div>conforme</div> <div>necessidade</div> <div>ao longo do</div> <div>ano. A</div> <div>estrutura atual</div> <div>do campus</div> <div>dispõe de</div> <div>cerca de</div> <div>12.000 m²,</div> <div>incluindo salas</div> <div>de aula, salas</div> <div>administrativas,</div> <div>laboratórios,</div> <div>academia,</div> <div>quadra</div> <div> poliesportiva,</div>
66	<div>Bateria Não</div> <div>Recarregável</div> <div>Tipo: Button Cell</div> <div>, Sistema</div> <div>Eletroquímico:</div> <div>Lithium , Tensão</div> <div>Nominal: 3 V,</div> <div>Modelo: Cr-2032</div>	411291	<div>Embalagem 5</div> <div>Unidades</div>	R\$ 10,15	5	10	R\$ 101,50	

67	Bateria Recarregável Tamanho: Pequena Aplicação 1: Urna Eletrônica Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido Tensão Nominal: 12 V Capacidade Nominal: 7 A	479854	UNID.	R\$ 58,20	50	100	R\$ 5.820,00	banheiros e ambientes de vivência. Os mesmos serão demandados, conforme necessidade apurada pelo setor CSTI.
68	Conector Tipo: Macho Aplicação: Cabo De Rede Categoria: 6 Padrão: Rj45	375963	Pacote 100 Unidades	R\$ 48,50	5	10	R\$ 485,00	
69	Conector Telefônico Tipo: Macho 8vias X 8contatos Modelo: Rj-45	278766	UNID.	R\$ 0,38	3000	5000	R\$ 1.900,00	
70	Controle Remoto Tipo: Sem Fio Aplicação: Portão Automático Características Adicionais: Frequência 433,92 Mhz	477474	UNID.	R\$ 35,74	10	20	R\$ 714,80	
71	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Pvc - Cloreto De Polivinila Anti-Chama Material Condutor: Cobre Número de Bitola Condutor: 24 AWG, Tipo	467548	Caixa 305 Metros	R\$ 562,17	2	4	R\$ 2.248,68	

	Conductor: Par Trançado , Tipo Cabo: 4 Pr , Cor: Azul , Padrão Cabeamento: Utp- 5 e Características Adicionais: Awg, Utp Extra , Categoria: 5e , Aplicação: Conexão De R e d e , Comprimento: 305						
72	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Pvc - Cloreto De Polivinila , Material Conductor: Cobre , Bitola Conductor: 23 AWG, Tipo Conductor: Par Trançado , Tipo Cabo: Utp De 4 Pares , Cor: Azul , Categoria: 6 , Aplicação: Rede De Informática	462114	Caixa 305 Metros	R\$ 686,46	2	4	R\$ 2.745,84
73	Adaptador Conexão: Tomada 2p+T Para 2p	350031	UNID.	R\$ 5,00	25	50	R\$ 250,00
74	Alicate Descascar Fio Material: Aço Estampado , Comprimento: 188 MM, Características Adicionais:	393437	UNID.	R\$ 68,50	1	2	R\$ 137,00

	Capacidade De Desencapamento E De Corte						
75	Parafusadeira Tipo: Bateria 3,06 V , Rotação: 360 RPM, Voltagem: Bivolt V, Características Adicionais: Tempo De Carga: 90 Min. , Componentes: 1 Maleta Plástica, Kit: 33 Bits, 1 Adaptador Usb	449664	UNID.	R\$ 316,17	2	3	R\$ 948,51
76	Limpador Contato Elétrico /Eletrônico Aplicação: Limpeza Componentes Elétricos , Apresentação: Spray	614808	Frasco 300 Mililitro	R\$ 16,38	25	50	R\$ 819,00
77	Cabo Áudio E Vídeo Aplicação: Sistema De Áudio E Vídeo , Tipo Cabo: Hdmi Padrão. 2.0, 5 metros. Condutor: macho /macho.	382957	Cabo com 5 metros	R\$ 55,31	50	150	R\$ 8.296,50
Valor total estimado					R\$ 366.914,71		

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Sendo o princípio do parcelamento (ou divisibilidade) a regra geral, utilizaremos o critério dos itens individualizados nesta licitação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratação de empresa especializada em Manutenção Predial.

Processo: 23272.000450/2022-33

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida está presente no PAC do IFRJ Campus Nilópolis no Ano de 2023/2024, bem como consta no PGC do campus, também para o ano corrente.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Dentre os benefícios pretendidos, podemos citar os seguintes:

Uso racional de recursos como água e energia elétrica mediante o emprego de materiais de melhor eficiência, com reflexos esperados nas contas de consumo e ao meio ambiente.

Ambientes com maior conforto e segurança para o desenvolvimento das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.

Manutenção da edificação ocupada pelo campus e do seu patrimônio público, com atendimento imediato da demanda.

Economia de recurso financeiro diante da expectativa de aquisição desses materiais a preços mais competitivos em relação às referências oficiais de preços da construção civil.

13. Providências a serem Adotadas

Entende-se que uma providência a ser adotada é que o campus tenha um espaço físico apropriado para o recebimento e guarda dos itens que vier a solicitar. Certamente o Campus Nilópolis promoverá os arranjos necessários para essa finalidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis impactos ambientais causados pela contratação.

Medidas de tratamento ou mitigadoras que poderão sanar os riscos ambientais existentes.

Crítérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada ([IN 01/2010 MP](#)):

Dentre os objetivos desta aquisição está a utilização racional de recursos. Alguns itens pretendidos, se olhados isoladamente, mesmo que tenham preço um pouco mais elevados do que os materiais convencionais, possuem benefícios muito mais abrangentes se visto por outras perspectivas, incluindo a econômica e a ambiental. A lâmpada de led exemplifica essa questão. Apesar de ainda ter o preço maior do que a fluorescente, são modelos de lâmpadas de menor consumo (a led de 18w equivale a fluorescente de 40w), possuem maior durabilidade (led cerca de 25.000 horas e fluorescente cerca de 8.000 horas) e possuem menor impacto ambiental pelo fato de a fluorescente ter contaminantes em sua composição, tornando mais complexa a sua destinação ambientalmente adequada. Vale destacar que, diferentemente das fluorescentes, as lâmpadas tubulares led dispensam o uso de reator, não sendo, assim, necessária a aquisição deste componente, gerando mais economicidade e menos resíduos eletrônicos. Da mesma forma pretendemos implementar boas práticas visando à economia de água potável e à qualidade de vida em nosso campus. Logo, esta aquisição pretendida está em consonância com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e mostra que o campus está em busca de fomentar ações sustentáveis nos termos da legislação vigente.

Como possível impacto ambiental desta aquisição podemos citar a geração de resíduos sólidos. Novamente utilizando o exemplo da lâmpada fluorescente, a lâmpada queimada resultante de eventual troca torna-se um resíduo perigoso que, se não for devidamente tratado e destinado, pode ocasionar dano ao meio ambiente e

ensejar a responsabilização do campus pela geração desse passivo. Sobre medidas a serem adotadas para esse tipo de resíduo, a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no inciso V do artigo 33, determina o seguinte:

“Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

(...)

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista.”

Já o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 4ª ed., pág. 152, também trata dessa providência legal, mas faz a seguinte ponderação caso o órgão decida prever em edital a obrigatoriedade da logística reversa:

“Se a Administração, nos casos de aquisição, verificar na fase de planejamento que a obrigação de imputar à contratada a destinação ambiental adequada da lâmpada for implicar em fator de restrição à competitividade ou custo desarrazoável, deverá, em estudo técnico preliminar, avaliar e motivar administrativamente a não inclusão da obrigação, desde que haja a assunção pela Administração da responsabilidade pela destinação ambiental adequada das lâmpadas.”

Diante disso, entende-se que incluir a obrigatoriedade da logística reversa nesta aquisição torna-se dificultada, haja vista que os fornecedores podem não suportar os custos dessa operacionalização em face do preço registrado e, com isso, desestimular e restringir a participação neste certame. Outra questão relevante é que o campus teria dificuldade em acompanhar e se certificar que, de fato, o resíduo teve destinação ambientalmente adequada, principalmente fornecedores de outros estados, com riscos de haver o descarte inadequado e prejuízos ao meio ambiente.

Como medida mitigadora, e mostrando que o Campus Nilópolis tem essa preocupação em suas ações, podemos mencionar que o campus está participando da contratação sistêmica de serviço de descarte de resíduos perigosos, conduzida pelo campus Paracambi. Essa contratação estabelece em parâmetros bem mais tangíveis todas as etapas, desde a captação do resíduo até sua disposição final, de forma a garantir que houve a destinação ambientalmente adequada. Os materiais aqui objetivados neste pregão, quando for o caso, receberão tratamento e destinação através dessa outra contratação pretendida.

Por fim, há de se destacar que os fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes ou revendedores de lâmpadas fluorescentes devem manter um sistema de coleta em recipientes próprios, instalados em locais visíveis, para que os usuários do produto possam descartá-lo adequadamente (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. 4ª ed., pág. 151). Já identificamos pontos de recolhimento nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, que ficam no perímetro de nosso campus, sendo também uma alternativa para a destinação segura desse material.

Portanto, apesar de não especificar neste instrumento, o Campus Nilópolis não deixará de exigir de seus fornecedores os critérios e práticas de sustentabilidade consagrados no ordenamento jurídico vigente uma vez que, para além da responsabilidade, é dever legal a prática de ações socioambientais adequadas por parte da Administração Pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE CRISTINA SANTOS DA SILVA GONCALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 08/04/2025 às 11:35:34.